



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

GABRIELLE CRISTINE PRESOTTO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIAS PARA ADOLESCENTES EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Florianópolis, SC

2023

GABRIELLE CRISTINE PRESOTTO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIAS PARA ADOLESCENTES EM
CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção de grau de Mestre em Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Mestrado/Doutorado, Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de
Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Andréia Isabel Giacomozzi
Coorientadora: Prof^ª Dr^ª Marcela de Andrade Gomes

Florianópolis, SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática da biblioteca universitária da UFSC.

Presotto, Gabrielle Cristine

Representações Sociais de Violências para Adolescentes
em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto /
Gabrielle Cristine Presotto ; orientadora, Andréia Isabel
Giacomozzi, coorientador, Marcela de Andrade Gomes, 2023.
100 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Adolescentes. 3. Medidas
Socioeducativas. 4. Representações Sociais. 5. Violências.
I. Giacomozzi, Andréia Isabel. II. Gomes, Marcela de
Andrade. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Gabrielle Cristine Presotto

Representações Sociais De Violências Para Adolescentes Em Cumprimento De Medida
Socioeducativa Em Meio Aberto

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 15/09/2023, pela banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dra. Andréia Isabel Giacomozzi

UFSC

Prof.(a) Dra. Marcela de Andrade Gomes

UFSC

Prof.(a) Dr. Antonio Lobato Junior

EAN Bogotá

Prof.(a) Dra. Andréa Vieira Zanella

UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do
trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia, Área de concentração Psicologia Social e Cultura.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.(a) Dra. Andréia Isabel Giacomozzi - Orientador(a)

Prof.(a) Dra. Marcela de Andrade Gomes - Coorientador(a)

Florianópolis, 2023

À minha avó Narciza, fonte de grande inspiração de vida, luta e amor.

Aos que, como ela, resistem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a possibilidade de aprender com as minhas orientadoras Andréia e Marcela, que me ensinaram muito sobre trabalhar com eficiência, seriedade e leveza, proporcionando a tão sonhada acessibilidade no espaço da academia. Agradeço também aos colegas de laboratório, em especial Gabriela Vidal, Taimara e Mayara, que foram espaço seguro de trocas, de aprendizado e de acolhimento. Agradeço também ao Matheus e Marieli que auxiliaram na construção deste trabalho. Agradeço às minhas amigas Juliana, Priscila, Nádia e Michelle, que não soltaram a minha mão em nenhum momento e nunca deixaram faltar cuidado. À minha amiga Thaís, por toda a partilha durante esta caminhada. Ao meu companheiro Bruno, que incansavelmente esteve ao meu lado mesmo nos dias mais difíceis, em que a doença assolou meu corpo, cuidando de tudo para que eu pudesse continuar sonhando. À minha avó Narciza, professora, educadora, feminista, defensora de direitos, sonhadora, com sede de conhecimento do mundo e fonte de grande inspiração em minha vida. À toda minha equipe médica, especialmente à minha psicóloga Bianca. A todos que acreditaram em mim, quando nem eu acreditei. Às equipes dos CREAS, aos adolescentes, seus familiares e todos que tornaram essa realização possível.

Paz não se constrói com tiro
(Emicida & Nave, 2019)

RESUMO

A violência é um fenômeno social complexo que incita inúmeros questionamentos na sociedade. A violência estrutural é apontada como causa fundamental das demais formas de violência na sociedade capitalista, sendo fator importante na história de nosso país. Após séculos de escravização e posterior ausência de políticas públicas voltadas para a população negra, os processos de exclusão e extermínio desses sujeitos foram se modificando. Dentre eles estão as práticas de criminalização da pobreza e o grande número de assassinatos de jovens negros pela mão do Estado. Nesse contexto, os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa representam uma parcela dessa juventude, que é vítima constante de violações de direitos. O estudo do fenômeno das violências através das representações sociais compreende as violências como fenômeno empírico anterior ao fenômeno teórico. As representações sociais são um campo de disputa do conhecimento e reivindicação da realidade, que reforçam e denunciam as estruturas de opressão vigentes nos contextos estudados, assim elas não apenas refletem ou informam a realidade, mas também se tornam parte dessa realidade. Portanto, esse estudo teve como objetivo compreender representações sociais das violências para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, bem como conhecer suas experiências relacionadas às violências e as relações entre ambas. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e questionários sociodemográficos com 15 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, em 3 cidades de porte médio de Santa Catarina (Balneário Camboriú, Itajaí e São José). Foi utilizada a análise de conteúdo de Bardin para análise dos dados, bem como foram utilizados os softwares Atlas.ti e Jamovi para auxílio na organização dos dados em uma análise descritiva simples. Os resultados das entrevistas foram divididos em seis macro categorias, sendo elas: *Tipologia, Contexto, Atribuições Causais, Resoluções, Ancoragem e Objetificação*, que posteriormente foram discutidas em 3 capítulos "Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas: quem são?", "Representações Sociais de Violências" e "Experiências e a Construção das Representações Sociais de Violências". O perfil sociodemográfico dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa entrevistados condiz com a revisão de literatura sobre o tema, demonstrando o recorte da juventude brasileira, negra e periférica que é criminalizada em sua própria existência. Quanto às representações sociais de violências encontradas se destaca a violência física, como também descrevem as demais pesquisas em representações sociais de violência com outros grupos estudados. Já no que se trata das experiências relatadas pelos adolescentes entrevistados, os resultados apontam para a violação de direitos básicos e a violência policial. A análise e discussão dos dados coletados nesta pesquisa nos permitiu retornar constantemente à base da questão histórica e social em torno dos adolescentes estudados, reafirmando as inúmeras violações de direitos fundamentais e violências de Estado às quais esses sujeitos são submetidos, além de representações sociais e estereótipos que reforçam atitudes discriminatórias e de exclusão social direcionadas a eles.

Palavras-chave: Adolescentes; Medidas Socioeducativas; Representações Sociais; Violências.

ABSTRACT

Violence is a complex social phenomenon that triggers numerous questions within society. Structural violence is identified as a fundamental cause of other forms of violence in capitalist society, serving as a significant factor in our country's history. After centuries of enslavement and subsequent lack of public policies directed towards the Black population, processes of exclusion and extermination of these individuals have evolved. Among these are the practices of criminalizing poverty and the high number of murders of young Black individuals at the hands of the State. In this context, adolescents undergoing socio-educational measures represent a portion of this youth, constantly subjected to rights violations. The study of the phenomenon of violence through social representations views violence as an empirical phenomenon preceding the theoretical one. Social representations are a field of knowledge dispute and reality assertion, reinforcing and denouncing the prevailing structures of oppression in the studied contexts. Thus, they not only reflect or inform reality but also become a part of that reality. Therefore, this study aimed to understand social representations of violence among adolescents undergoing socio-educational measures in open settings, as well as to explore their experiences related to violence and the relationships between both. To achieve this, semi-structured interviews and sociodemographic questionnaires were conducted with 15 adolescents undergoing socio-educational measures involving Community Service and Assisted Freedom in three medium-sized cities in Santa Catarina (Balneário Camboriú, Itajaí, and São José). Bardin's content analysis was employed to analyze the data, along with the use of software such as Atlas.ti and Jamovi to aid in organizing the data through simple descriptive analysis. The interview results were divided into six overarching categories: *Typology, Context, Causal Attribution, Resolutions, Anchoring, and Objectification*. These categories were subsequently discussed in three chapters: "Adolescents Undergoing Socio-Educational Measures: Who Are They?", "Social Representations of Violence", and "Experiences and the Construction of Social Representations of Violence". The sociodemographic profile of the interviewed adolescents undergoing socio-educational measures aligns with the literature review on the subject, highlighting the marginalized Brazilian youth – Black and from peripheral areas – who are criminalized in their very existence. Regarding the identified social representations of violence, physical violence stands out, consistent with findings from other studies on social representations of violence in different studied groups. As for the experiences reported by the interviewed adolescents, the results indicate violations of basic rights and police violence. The analysis and discussion of the collected data in this research consistently led us back to the foundation of the historical and social issues surrounding the studied adolescents, reaffirming the numerous violations of fundamental rights and state violence to which these individuals are subjected. Additionally, social representations and stereotypes that reinforce discriminatory attitudes and social exclusion towards them were highlighted.

Keywords: Teenagers; Socio-educational Measures; Social Representation; Violence.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Caracterização de participantes

TABELA 2 Caracterização de participantes

TABELA 3 Correlações entre as experiências e formas de violência

TABELA 4 Correlações entre formas e tipos de violência

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Álcool e outras drogas
CEPSH	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
COVID	CoronaVirus Disease
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LA	Liberdade Assistida
MSE	Medidas Socioeducativas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
RS	Representações Sociais
SINASE	Sistema Nacional Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria das Representações Sociais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
APRESENTAÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	14
2. OBJETIVOS	17
2.1. Objetivo Geral	17
2.2. Objetivos Específicos	17
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
3.1. Teoria das Representações Sociais	18
3.2. Violências	21
3.3. Adolescências: Contextualização Histórica e Política	24
4. MÉTODO	33
4.1. Caracterização da Pesquisa	33
4.2. Participantes	33
4.3. Instrumentos	33
4.4. Procedimentos de Coleta de Dados	34
4.5. Análise de Dados	35
4.6. Procedimentos Éticos	36
5. RESULTADOS	37
5.1. Caracterização de Participantes	37
5.2. Representações Sociais de Violências	39
6. DISCUSSÃO	54
6.1. Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Quem são?	54
6.2. Representações Sociais de Violências	60
6.3. Experiências de Violências e a Construção das Representações Sociais	66
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	77
Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada	87
Apêndice 2 - Questionário Sociodemográfico	88
Apêndice 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	89
Apêndice 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	93
Apêndice 5 - Termo de Assentimento	97

APRESENTAÇÃO

Essa pesquisa se insere no contexto de um conjunto de investigações que vêm sendo realizadas no Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição - LACCOS, referente à linha de pesquisa de Representações Sociais (RS) de riscos sociais, ambientais e de saúde, que desenvolve estudos sobre teorias cotidianas e suas implicações para as práticas sociais relativas aos referidos temas. Compreendendo que os riscos ambientais envolvem tanto a degradação como a sustentabilidade dos recursos ambientais e, principalmente, a prevenção de desastres ambientais. Já os riscos sociais envolvem o fenômeno da violência social, sob a forma de violência familiar e urbana. E ainda, que os riscos de saúde concernem sobretudo às doenças crônicas como: diabetes, hipertensão, aids e outras. Trata-se, então, de compreender o papel do conhecimento compartilhado sobre o risco e as situações de risco, na perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici.

Portanto, a presente pesquisa se articula com outras pesquisas sobre Representações Sociais de Violências já realizadas pela equipe do laboratório, que inclui RS de violência de trânsito (Giacomozzi, 2020), de violência para pessoas em situação de rua (Silva, Bousfield, Giacomozzi, Leandro, 2020); de violências nas escolas (Giacomozzi, 2021); de violência doméstica (Leandro, Giacomozzi, Fiorott, Marx, 2019); de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes (Silva, Giacomozzi, 2017); de violência obstétrica (Hernandez, Santos, Giacomozzi, Escobar, 2017); entre outras.

O interesse pela temática proposta atravessa fenômenos já estudados pela orientadora e coorientadora referente a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em consonância com a prática profissional da pesquisadora, que compôs a equipe técnica do Serviço de Proteção ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto durante 4 anos e da qual precisou se afastar, devido ao desmonte vivenciado por essas políticas públicas nos últimos anos, sendo a realização desta pesquisa uma forma encontrada de resistência possível em meio às opressões vivenciadas.

1. INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno social complexo, que atravessa nossas vivências de diversas formas, incitando inúmeros questionamentos em diferentes grupos da sociedade. No contexto brasileiro, a violência se inscreve como um fator importante da história do país. Um país que foi colonizado e que permanece atualizando suas formas de produzir controle/dominação através de violências, enquanto dissemina a ideia de um povo pacífico e acolhedor, cuja violência pertence ao outro (Chauí, 2019).

A responsabilidade por essa violência é inscrita em determinados corpos, os quais são carregados por estigmas de uma suposta periculosidade, baseados na ideia de uma propensão natural ao crime, a qual seria derivada de características individuais. É nesse sentido que se apresentam os estereótipos existentes em torno dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (Asquidamini et al., 2015; Bicalho & Kastrup, 2012; Presotto et al., 2022).

Assim, o perfil desses adolescentes é delineado a partir de marcadores como raça, gênero e classe social. As estatísticas apontam que essa população é jovem, masculina, negra e pobre, que além de sofrer com uma série de privação de direitos básicos, ainda é o principal alvo de homicídios realizados pela própria mão do Estado (Silva & Guerresi, 2003). Estado este que prevê o entendimento desses sujeitos como sujeitos de direito apenas a partir da proclamação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, mas que ainda hoje só passam a compreendê-los como tal após o ingresso no Sistema Socioeducativo (Asquidamini et al., 2015).

Tais práticas são uma representação da criminalização da pobreza persistente no país, como herança de mais de 300 anos de escravidão e de um período pós-abolição sem políticas estatais para a população anteriormente escravizada, que passou a compor a nova configuração urbana junto aos imigrantes europeus recém-chegados no Brasil (Coimbra & Nascimento, 2008). Essa conjuntura resultou no aumento populacional e no agravamento das crises sociais, tais como a própria criminalização de certas formas de sobrevivência, as práticas repressivas cada vez mais elaboradas e as regulamentações baseadas em valores higienistas (Passetti, 2010; Schuch, 2013).

Portanto, a historicidade e a interseccionalidade destacam aspectos importantes da população de adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil. De acordo com Frota (2007), compreender a adolescência em termos de sua historicidade implica em ser capaz de não

uniformizar termos definidores, ressaltando a ideia de que a adolescência é uma experiência plural, em constante dinamismo e transformação. Essa concepção se alinha ao debate sobre o tema em nosso país, que questiona a universalização da infância e da adolescência por meio de reflexões sobre as diferentes oportunidades de acesso a direitos (Passetti, 2010; Schuch, 2013; Scisleski et al., 2012). Ou seja, apesar de diversas teorias da psicologia apresentarem diversas concepções do conceito de adolescência, alguns autores nos alertam para as disparidades entre as diferentes expressões da juventude brasileira: enquanto os jovens pobres e negros são associados à violência e criminalidade, os jovens brancos e das demais classes são integrados na estrutura econômica (Santos et al., 2018).

Martín-Baró (2003), que também explora essa perspectiva sobre o fenômeno da violência, compreende a necessidade de reconhecê-las como processos sociais inseridos em um contexto histórico e em circunstâncias específicas. Para esse autor, a violência se manifesta de diversas formas e dentre elas está a violência estrutural, que se apresenta como causa fundamental das demais formas de violência na sociedade capitalista. Ele discorre ainda que a violência estrutural não se resume apenas à distribuição inadequada de recursos, mas requer a legitimação da desigualdade opressiva por meio de legislações, as quais amparam os mecanismos responsáveis por tal distribuição desigual e operam na criação de uma força coercitiva que obriga toda a população a aceitar tais mecanismos.

Porto (2015) propõe o estudo do fenômeno das violências através das representações sociais, compreendendo as violências como fenômenos empíricos antes de se caracterizarem como fenômenos teóricos. A autora apresenta ainda a necessidade de investigar os imaginários construídos sobre a violência, para além da análise dos dados brutos, bem como identificar sentidos que estão em hegemonia no contexto social e que orientam determinadas condutas violentas.

As representações sociais (RS) são saberes compartilhados por grupos acerca da realidade em que estão inseridos e os componentes desta, os quais possuem relação com as práticas sociais desses grupos (Moscovici, 2001; 2015). Moscovici (2012) descreve a representação social como uma “preparação para a ação”, que não apenas guia comportamentos, mas remodela e reconstitui elementos do ambiente em que vai acontecer, dando sentido a este através de uma rede de relações. Para o autor, o enfoque da Teoria das Representações Sociais (TRS) se encontra no limiar entre a ciência e os saberes do senso comum, sendo que tais teorias coletivas sobre o real compartilham valores e ideias que regem as condutas de determinada

sociedade, considerando importante o estudo sobre como o senso comum apreende as teorias elaboradas no universo reificado (Moscovici, 2001; 2015).

Optamos, portanto, trabalhar nesta pesquisa com a lente teórica da TRS para conhecer em profundidade a temática da violência para o grupo de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Quanto ao conceito de violência adotado nesta pesquisa, partimos da compreensão de um conceito plural, cuja leitura implica atenção à historicidade e à trama social, na qual as violências se expressam como tema central na vida e nos processos de subjetivação desses adolescentes. Bem como, partimos da compreensão desse conceito enquanto inicialmente empírico como objeto de estudo e sua relação com a construção do conceito no universo reificado, embasando-se na TRS para tanto. Já no que se refere à compreensão da adolescência, seguimos com o conceito apresentado de uma adolescência plural e escolhemos o recorte de expressão das vivências de um grupo da juventude brasileira, que é pobre, negra e periférica, criminalizada em sua própria existência.

Assim, esse estudo tem como objetivo compreender quais são as representações sociais de violências para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativas, as experiências vivenciadas por estes e o diálogo possível entre experiências e RS. Além disso, busca produzir conhecimento técnico-científico que possa contribuir com o fortalecimento das políticas públicas de proteção e de garantia de acesso à direitos desses adolescentes, com vislumbres da construção de um caminhar coletivo em que estejamos cada vez mais cientes do nosso passado e esperançosos com nosso futuro.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Compreender as representações sociais das violências para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

2.2. Objetivos Específicos

- Caracterizar as representações sociais das violências para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas;
- Identificar as experiências de violências dos participantes da pesquisa;
- Analisar a relação entre as representações sociais e as experiências relacionadas às violências dos participantes.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Teoria das Representações Sociais

Serge Moscovici, nascido em 1928 na Romênia chegou à França em 1948, onde estudou Psicologia e desenvolveu a Teoria das Representações Sociais (TRS), publicada a partir de sua tese de doutorado “La psychanalyse, son image et son public” em 1961. O autor, que teve vivências atravessadas pelo racismo, pela discriminação e pelo nascimento do totalitarismo comunista, acreditou no potencial da psicologia social como possibilidade de encontrar soluções para essas questões, assim como para outros problemas políticos, econômicos e industriais do pós-guerra (Marková, 2017).

Nesse contexto, Moscovici compreendeu a psicologia social como uma disciplina em movimento, caracterizada pela especialidade do estudo das tensões presentes nas relações microsociais e macrosociais. O autor desenvolveu pontos teóricos importantes na construção da TRS, dentre eles a crítica à ideia promovida por estudiosos franceses sobre o pensamento científico ser “superior” ao pensamento cotidiano, colocando como contraponto a perspectiva de um desenvolvimento contínuo do pensamento do senso comum para a ciência, assim como do pensamento científico para o senso comum, entendendo ambos como fenômenos de desenvolvimento contínuo e igualmente importantes (Marková, 2017). Para Moscovici, o enfoque da sua teoria se encontra no limiar entre ciência e saberes do senso comum, bem como desenvolve o entendimento de que o estudo das representações sociais valida esse saber popular e reconhece que o conhecimento desenvolvido pelas ciências alcança os sujeitos, alimentando tais saberes (Camargo et al., 2018).

As representações sociais são então o conceito central de sua teoria, desenvolvido a partir da ideia de representações coletivas de Durkheim. Elas compreendem os saberes compartilhados por grupos acerca da realidade em que estão inseridos, seus componentes desta realidade e estabelecem relação com as práticas sociais desses grupos (Moscovici, 2015). Tais teorias coletivas sobre o real compartilham valores e ideias que regem as condutas desejáveis ou admitidas por determinada sociedade, implicando na criação de um universo de significados em que ela possa encontrar sentido e existir. Jodelet (2001) caracteriza a necessidade dos indivíduos se situarem no mundo, explicarem esse mundo e se explicarem dentro dele, sendo as representações sociais a concretização de tal necessidade.

Assim, as representações sociais são consideradas estruturas cognitivo-afetivas que preparam o sujeito para a ação, uma vez que se constituem de elementos do ambiente, interiorizados e ressignificados, que orientam o comportamento do sujeito. Por outro lado, essa significação simbólica existe para além do sujeito e é independente deste, mesmo que dependa deste para ser reproduzido e observado (Moscovici, 2015). Essa concepção posiciona a TRS em um modo sociológico de psicologia social e a diferencia marcadamente das formas de psicologia mais individualistas (Farr, 2009).

Com isso, outro ponto teórico pertinente consiste na concepção de sujeito implicada em uma compreensão de um sujeito ativo, ou seja, um sujeito construído pela realidade social e construtor dessa (Santos & Almeida, 2005). Partindo do entendimento de que não existe separação entre o externo e o interno nesse sujeito, é que o autor insere a atividade representativa, não em um lugar de reprodução passiva de um dado, mas sim de reconstrução desse dado pelo sujeito, ao mesmo tempo em que isso o constitui como tal, pois é ao apreender uma representação que o sujeito se situa no universo social e material (Mello et al., 2019). Essa apreensão acontece através de dois processos denominados ancoragem e objetificação, que ocorrem para transformar o desconhecido em familiar.

O primeiro compreende a busca por incorporar o desconhecido em nossa própria rede de categorias, conforme afirma Moscovici (1981), sendo que uma vez incorporado este objeto ou pessoa assume as características da categoria em questão. O processo de ancoragem em si ocorre por meio da classificação, em que classificar significa impor certo conjunto de comportamentos e regras a alguém, a partir da escolha de um protótipo entre os presentes em nossa memória e do estabelecimento de uma relação positiva ou não com ele, selecionando assim uma categoria para que este faça parte. A ancoragem também ocorre através da nomeação, uma vez que em nossa sociedade nomear é um ato de retirar do anonimato, o que garante uma posição segura na matriz da identidade e assegura o significado que lhe é conferido. Com isso, ancorar significa trazer uma assimilação pautada na referência de objetos já familiares a este objeto desconhecido, comparando-o com estes objetos já conhecidos e presentes na memória do grupo (Moscovici, 1981).

O segundo processo, a objetificação, acontece saturando de realidade o conceito que é desconhecido, transformando-o em algo tangível a partir da habilidade de nosso pensamento e da nossa linguagem em materializar uma entidade abstrata, o que significa equivaler o conceito

com a imagem ou em núcleo figurativo¹. Essa imagem associada ao objeto é escolhida pelo grupo ao qual pertence o sujeito, não acontece de forma individual, bem como essas imagens não são aleatórias, mas sim carregadas de significados que irão corresponder à própria representação (Moscovici, 1981).

Além de descrever os processos de apreensão das representações sociais, Moscovici descreveu também, em seus estudos iniciais, três sistemas de comunicação significativos para a compreensão da formação dessas representações, sendo eles: (1) a propaganda, pautada na relação entre emissor e receptor, que confere autoridade ao primeiro, construída através de mensagens bem estruturadas com objetivo de intervir sobre condutas específicas; (2) a propagação, que objetiva controlar comportamentos através da manipulação de seu contexto e sua significação, adequando as mensagens ao sistema de crenças já existente, que deve ser preservado, incidindo assim sobre as atitudes; (3) a difusão, em que a mensagem é pouco estruturada e tem como objetivo a transmissão de conteúdos variados e de interesse do público, incidindo sobre as opiniões (Camargo & Bousfield, 2014).

Clémence, Green e Courvoisier (2011) apontam a difusão como principal forma de propagação das teorias dos especialistas, bem como consideram que os canais de mídia e de tecnologias têm um papel significativo em atrair a atenção e colocar em circulação uma teoria no espaço público, através dos processos de ancoragem. Descrevem ainda a importância de compreender os receptores da mensagem como sujeitos ativos nessas trocas, pois sem a reação desses a informação transmitida não alcança repercussão. É quando a informação passa a ser implementada nas conversas rotineiras, compartilhada nos diversos espaços e expressa no pensamento cotidiano, que se ancora o saber científico no saber do senso comum e esses rumores passam a sugerir o surgimento de uma nova representação social.

Portanto, é através desses processos supracitados que as RS são construídas, compartilhadas e apreendidas pelos sujeitos. Castro (2012) discorre que a esfera política oferece apoio a algumas representações ou contribui para o surgimento delas através da construção de leis. Nesse sentido, Marková (2000) define que as RS têm uma relação bidirecional com a esfera política, pois ao mesmo tempo em que essas leis podem encontrar espaço para serem compartilhadas, valorizadas e internalizadas pelos indivíduos, também podem sofrer resistências ou mesmo mudanças (Castro, 2002).

¹ O autor descreve o núcleo figurativo como uma estrutura de imagem que reproduz uma estrutura conceptual de uma maneira visível (Moscovici, 1981).

Nesse sentido, Caroline Howarth (2006) aponta sobre a importância de compreender que as RS não são uma questão silenciosa, propondo a construção de uma leitura crítica das TRS, uma vez que tensionamentos em relação à teoria são apresentados a partir de questionamentos sobre o que se faz diante do conhecimento estudado. A autora sugere que as RS são um campo de disputa do conhecimento e reivindicação da realidade, que reforçam e/ou denunciam as estruturas de opressão vigentes nos contextos estudados, assim elas não apenas refletem ou informam a realidade, mas também se tornam parte dessa realidade. Por essa mesma razão, não apenas o conhecimento científico é disseminado no conhecimento do senso comum através das RS, mas também o inverso se torna verdadeiro, uma vez que as teorias do senso comum compõem RS que podem embasar a construção do conhecimento científico. Assim, a partir de uma leitura crítica, a TRS pode nos ajudar a compreender as dimensões, limites e tensionamentos das estruturas sociais, que através da própria RS pode tornar os significados ambíguos, híbridos e contestados, apresentando possibilidades de diálogo, debate e conflito (Howarth, 2006).

3.2. Violências

O conceito da violência sob a ótica da Teoria das Representações Sociais conta com a contribuição da socióloga Maria Stela Grossi Porto, que parte de um paradigma teórico-metodológico para a conceituação desse fenômeno. Para a autora, a violência antes de ser um conceito teórico é um fenômeno empírico, mutante, plural, polissêmico e referido aos valores e à cultura (Porto, 2015). É nesse sentido que dedica seu estudo sobre a violência a partir das representações sociais, uma vez que compreende que é preciso partir do fenômeno empírico e da ciência do senso comum para a construção do conceito teórico enquanto saber científico.

A autora descreve a violência como um fenômeno que corresponde ao fruto de uma produção social, o qual está presente em praticamente todo o tecido social e aponta a expressão da força como organizadora das relações sociais. Bem como, compartilha o quanto se faz inviável o entendimento desse fenômeno enquanto algo singular e atribui a necessidade compulsória de considerar a sua multiplicidade, trazendo a leitura de que não é possível conceituar a violência, mas sim as violências. Isso localiza o conceito em um desdobramento tal que impossibilita a associação restrita da violência à determinada classe, segmento ou grupo social e inviabiliza o processo de individualização do fenômeno (Porto, 2015).

A autora propõe ainda uma leitura sociológica da violência, que leva em conta as tramas sociais, nas quais seus atores são entendidos como sujeitos ativos e cuja direção aponta para a importância de compreender o lugar da violência na constituição da sociedade brasileira (Porto, 2015). Todavia, esta pesquisa parte do entendimento que tal compreensão só se faz possível a partir de uma leitura também histórica do fenômeno. O diálogo estabelecido com outros autores apresentados a seguir visa contemplar maiores possibilidades de apreensão da multiplicidade e complexidade do conceito.

Nesse contexto, dentre autores importantes no desenvolvimento da Psicologia na América Latina que abordam o conceito da violência em suas obras está Martín-Baró. O autor, que amadurece esse conceito ao longo de sua trajetória, passa a compreender a violência para além do ato violento, descrevendo-a como processos sociais inscritos no período histórico em curso e suas circunstâncias específicas, em que cada pessoa é parte e expressa forças sociais que facilitam ou não a configuração da violência. A violência é definida então como o uso de força excessiva contra algo ou alguém, seja ela física ou não, não se resumindo à agressão, mas incluindo esta, sendo que o que a diferencia é a intencionalidade da ação (Martins & Lacerda, 2014).

O autor aponta que a violência é expressa em uma multiplicidade de formas e manifestações, além de compreender que formas de violência eliciam a expressão de outras formas de violência e enfatizar, nesse caso, a violência estrutural como causa primeira das demais formas de violência na sociedade capitalista. Considera também que a violência estrutural não se resume à distribuição inadequada de recursos, mas exige o ordenamento dessa desigualdade opressiva através de uma legislação que ampare os mecanismos responsáveis por tal distribuição desigual e opere na produção de uma força coercitiva que obriga a aceitação desses mecanismos por toda uma população (Martín-Baró, 2003).

Portanto, essa sociedade violentamente destroçada a partir de uma estrutura que nega sistematicamente seus direitos humanos mais fundamentais, ainda conta com um uso excessivo da força dessas mesmas estruturas sociais para que atue contra sua vontade. Essa leitura coloca a violência como constitutiva das estruturas sociais capitalistas, presente nas instituições e originária das demais formas de violência, o que torna a violência presença cotidiana nos contornos dessas sociedades (Martín-Baró, 1983; Martins & Lacerda, 2014). Uma violência que “(...) está incorporada na ordem social, que é mantida pelas instituições sociais e que é

justificada e ainda legalizada na ordem normativa do regime imperante” (Martín-Baró, 1983, p. 375).

Com isso, a violência institucional também é descrita por Martín-Baró (1988) como a força excessiva que se inscreve nessas estruturas hierárquicas a fim de legitimar e reproduzir a violência estrutural, que quando em ação desencadeia um funcionamento espiral de atos violentos. Nesse sentido, o autor propõe que para romper com esses conflitos e problemas relacionados à violência se faz necessária a transformação de tais estruturas, mas não se finda nelas. Propõe também que o ato violento em si precisa ser compreendido em diálogo com o contexto em que acontece, a partir da compreensão das violências estruturais ali presentes. O ato violento se apresenta como comportamento aprendido, fruto do próprio sistema capitalista, que reforça valores como o individualismo e a competição, para fins de conquista e proteção à propriedade privada (Martín-Baró, 2003).

A violência interpessoal é, nesse sentido, a própria ação violenta direcionada diretamente a outra pessoa ou a um grupo de pessoas, através de agressão física, verbal, psicológica, sexual ou ainda de negligência, no caso de crianças e adolescentes. Cabe ressaltar que, no contexto da infância e da adolescência, se entende por violência física o uso da força física pelo adulto contra o corpo da criança ou do adolescente, com ou sem a presença de objetos, que geralmente se baseia no poder disciplinador e autoritário que o adulto supõe ter sobre estes. Quanto ao grau da violência física, este pode variar consideravelmente, incluindo desde palmadas, beliscões, puxões na orelha, à espancamentos, queimaduras, entre outros, levando até a possibilidade de homicídio (Minayo, 2001).

Já a violência verbal é compreendida a partir de palavras proferidas a outrem de forma ofensiva, discriminatória ou enquanto insulto, mesmo que se recorra ao recurso da ironia para tanto. A violência psicológica se refere a qualquer forma de abuso emocional que afete a saúde mental e emocional da criança ou adolescente, incluindo humilhação, constrangimento, ridicularização, rejeição, indiferença, intimidação, ameaças, manipulação, dentre outros. Enquanto violência sexual se nomeia qualquer tipo de ato ou jogo sexual praticado por pessoa mais velha em uma criança ou adolescente, práticas que podem ser desde a importunação sexual, o abuso sexual, a exploração sexual até a pornografia infantil. A negligência, por sua vez, é descrita com a omissão de cuidados básicos e de proteção à criança ou adolescente, ou seja, ocorre quando as necessidades básicas de uma criança ou adolescente não são atendidas, seja em termos de cuidados físicos, emocionais ou educacionais, o que pode incluir falta de

supervisão adequada, falta de alimentação adequada, falta de acesso à educação, entre outros (Minayo, 2001).

Por fim, esses tipos de violência podem se sobrepor e ocorrer simultaneamente, sejam eles os tipos de violência interpessoal ou os níveis de violências aqui discutidos. Portanto, violência psicológica e física podem ocorrer simultaneamente, bem como violência interpessoal e violência institucional podem estar atravessadas em um mesmo ato violento. Ressaltando ainda a violência estrutural como atravessamento permanente na compreensão de todas as outras formas em que a violência se apresenta, reafirmamos a relevância de compreender a historicidade da trama social como ferramenta para conhecer as vias pelas quais a violência pode se tornar legitimada por instituições e normas sociais construídas, a fim de que se opere em função de valores específicos. Levando em conta tal pluralidade de formas que a violência se expressa e de conceitualizações empíricas encontradas para nomeá-las, consideramos a necessidade de pesquisar como esse conceito é apreendido pelas teorias do senso comum, através das RS, em diferentes grupos sociais.

3.3. Adolescências: Contextualização Histórica e Política

A adolescência tem sido um conceito plural para as diversas teorias psicológicas, compreendendo desde vertentes que a tratam como uma etapa natural da vida, dentro de faixas etárias tidas como universais, até aquelas que procuram desnaturalizar essa fase, atribuindo uma constituição histórica e social para ela (Coelho & Rosa, 2013).

Dentre as vertentes que visam a naturalização da adolescência na América Latina, se destacam autores como Aberastury e Knobel, que estabeleceram em 1981 a “síndrome normal da adolescência”, a sua sintomatologia e sua associação a um estado semipatológico. Os autores caracterizam, entre outros pontos, uma “atitude social reivindicatória”, as “contradições em todas as manifestações de conduta” e as “constantes flutuações de humor e estado de ânimo”, que justificariam através de processos psicobiológicos tanto os sinais de rebelião como as atitudes de reação do adolescente a partir de uma postura violenta. Além de considerar essas atitudes como de caráter psicopático e, ao mesmo tempo, como algo necessariamente salutar para a própria sociedade e para o desenvolvimento de um adulto saudável.

Já segundo a visão sócio-histórica, a adolescência é entendida como um período de latência social, construída a partir das necessidades geradas pela sociedade capitalista e

somadas ao aumento da expectativa de vida, as quais estenderam o período escolar e adiaram o ingresso no mercado de trabalho, o que fez com que as crianças permanecessem sob tutela de suas famílias por mais tempo. Assim, esse período da vida criado historicamente, permeia as relações sociais como um fato e começa a ser constituído como parte da cultura, a partir de um significado. Ou seja, a adolescência aqui é então social e histórica, construída a partir de um significado partilhado socialmente e suas inúmeras formas de expressão (Aguilar & Ozella, 2008; Bock, 2004). Ariès (1986) demarca essa problematização em seu livro “A História Social da Criança e da Família”, quando conceitua uma infância construída pela modernidade, com a ascensão da família nuclear e o formato de escola como instrumento de formação desses sujeitos, cuja definição compreende um período de formação para a vida adulta e delimita essa fase como algo “sagrado”, que precisa ser protegido (Frota, 2007; Schuch, 2013).

Schuch (2013) propõe uma retomada histórica a partir de marcos legais, que pode dividir a história do período do Brasil moderno em três matrizes, diferentes quanto à intervenção de agentes e instituições nas formas de constituir sujeitos e conceitualizar as realidades. Inicialmente, a matriz higiênico-sanitarista (1900-1950) demarca o momento em que essa ideia de infância emergiu no país, em conjunto com práticas de disciplinamento e controle através do policiamento das famílias e com características de um período pós-abolição da escravatura (Schuch, 2013). Características estas compostas por período sem quaisquer políticas de cuidado do Estado para uma população escravizada por mais de 300 anos, ao mesmo tempo em que chegavam ao país imigrantes europeus financiados por esse Estado. Movimentos estes que contribuíram para a transformação das configurações de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (Passetti, 2010).

Entre 1900 e 1916, no começo das elaborações estatísticas sobre criminalidade em São Paulo, pôde-se observar um coeficiente de prisões por 10 mil habitantes de 307,32 maiores e 275,14 menores. Em sua grande maioria, os crimes a que estava associada essa infância eram crimes de "vadiagem". Passetti (2010) cita ainda que esses crimes recaiam sobre uma parcela da população rejeitada pelo trabalho formal e que não conseguia comprovar sua ocupação, uma vez que tal crime era caracterizado por deixar de exercer profissão, não possuir meios de subsistência ou domicílio certo, por vagar pela cidade na ociosidade e, ainda contemplava o exercício de capoeiragem, conforme o Código Penal de 1890. Esse período consolida o estereótipo da criança pobre como uma criança potencialmente abandonada e perigosa, além de

fortalecer o uso de termos que persistem até os dias atuais, como "delinquência" (Passetti, 2010; Paulino & Oliveira, 2020; Schuch, 2013).

Juristas e médicos higienistas foram protagonistas de ações embasadas em uma ideia de produção de populações saudáveis e civilizadas, presente no cenário nacional naquele momento e em consenso com a pauta da política internacional em torno da necessidade de atenção especial às crianças. É nesse intuito que surgem diversas instituições ao redor do mundo, dando origem por exemplo à Declaração de Genebra em 1924 e ao primeiro Juízo de Menores no Brasil e da América Latina no mesmo ano. Tal movimento se desdobrou na construção de um importante marco legal na história da infância no Brasil, estabelecido pelo Código de Menores de 1927, que passou a regular a infância a partir dos valores higienistas da época. Ainda pautados na ideia de "profilaxia social", a lei inaugurou a categoria "menor", para a caracterização de uma infância submetida às situações de subordinação e criminalização da pobreza. O momento histórico descrito também foi atravessado por fatores como o aumento populacional e o agravamento de crises sociais, conseqüentemente se observou um aumento na criminalidade e da criminalização de alguns modos de sobrevivência associado à sofisticação de práticas repressivas (Passetti, 2010; Schuch, 2013).

A segunda matriz proposta por Schuch (2013) descreve o período entre 1950 e 1985, nomeada como matriz modernista, que tinha como foco o desenvolvimento nacional em um período marcado pelo pós-guerra. Nesse contexto, a fundação de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 1945, bem como o desenvolvimento do Código Pan-Americano da Criança e da "Declaração Universal dos Direitos do Homem", ambos em 1949, além da promulgação dos Direitos da Criança em 1959, trouxeram os direitos da criança e do adolescente para o centro do debate político internacional e difundiram a ideia destes enquanto sujeitos de direitos. É aqui também que ganha força a concepção de uma infância universal, baseada em uma noção de universalidade ontológica, a qual precisa ser protegida independente do contexto em que está inserida. O contexto nacional, que passava por um projeto de modernização do país, foi alimentado por tal debate através de proposições de transformações legais e da estrutura de serviços de atenção à criança e ao adolescente, cujas compreensões em torno dessas crianças passaram a ser de "sujeitos de necessidades" pertencentes à famílias que não se adaptaram ao modelo hegemônico (Schuch, 2013).

Porém, com a instauração do regime ditatorial no Brasil, a partir do golpe militar, os sujeitos de direitos e a desigualdade social deixaram de ter espaço nos debates, cujas pautas foram direcionadas à questão do subdesenvolvimento e às ideias de defesa da segurança nacional. O regime vigente instituiu a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, também conhecida como Código de Menores de 1979, caracterizada como mais um instrumento legal que reforça a produção de estigmas de periculosidades atrelados a crianças e adolescentes pobres, agora nomeados "menor em situação irregular" sob o pretexto de discursos pautados no conceito de "famílias desestruturadas". Dessa maneira foi justificada a inauguração da Funabem - Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor, como modelo da educação em reclusão que pretendia reverter a "cultura da violência" espalhadas pelas periferias e acabar com a marginalidade, através da formação de jovens comprometidos com a vida em sociedade. Esse modelo de educação foi baseado na metodologia de concepção biopsicossocial, apresentada no diálogo entre a Lei da Seguridade Nacional e a Política do Bem-Estar do Menor (Passetti, 2010; Schuch, 2013).

A terceira matriz é denominada de matriz dos direitos, originária de um período após a queda do regime militar e com duração até os dias atuais. Em 1988, com a oficialização da Constituição Federal foi observado o declínio legal de termos como "situação irregular" e a ascensão de propostas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes, consolidada apenas a partir de 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É a partir do ECA que se estabelece um abandono dos instrumentos de autoritarismo estatal e um desigual controle sobre essa parcela da população anteriormente denominada como "menor", sendo portanto considerado como um marcador histórico na difusão do paradigma da "proteção integral", da democratização de acesso a direitos e do desenvolvimento social, a partir da articulação em redes de proteção, onde crianças e adolescentes são entendidos enquanto sujeitos de direitos de forma universal (Passetti, 2010; Schuch, 2013). Assim, o Estatuto define para os efeitos da lei que criança passa a ser considerada como:

“toda pessoa com até doze anos de idade incompletos e adolescente a pessoa com idade entre doze e dezoito anos, além de garantir o gozo de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana para todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição

econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem" (Brasil, 1990).

A nova lei propõe o abandono dos preconceitos e interdições previamente estabelecidos, além de introduzir programas descentralizados de "atendimentos em meio aberto" no intuito de substituir as antigas unidades da Febem, priorizando o atendimento de casos relacionados à adoção, orientação, educação e trabalho (Passetti, 2010). No entanto, a imagem socialmente construída daquela adolescência marcada pela periculosidade, criminalidade e delinquência, persiste no imaginário social e se atualiza na implementação destas novas práticas de repressão e controle dessa juventude.

Vale ressaltar que, a partir do ECA, se nomeia como ato infracional qualquer conduta análoga à crime praticada por adolescentes e se institui através do artigo 112 as medidas socioeducativas aplicáveis a tais adolescentes, sendo elas: (1) a advertência, (2) a obrigação de reparo ao dano, (3) a prestação de serviço à comunidade, (4) a liberdade assistida, (5) a inserção em regime de semiliberdade e (6) a internação em estabelecimento educacional (Brasil, 1990). A devida regulamentação da aplicabilidade das medidas socioeducativas em meio aberto através de políticas públicas acontece somente a partir de 2004, com a atualização da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e fundação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), quando essas medidas passam a compor os serviços ofertados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2013) estabelece que as medidas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e de Liberdade Assistida (LA) passem a ser reguladas pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS.

Já as medidas de semiliberdade e internação foram regulamentadas ainda na década de 90, ficando sob a responsabilidade de cada Estado da Federação de acordo com o artigo 2º da Resolução nº 46 de 1996 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), geralmente associadas às Secretarias de Segurança Pública. Somente em 2012 a Lei nº 12.594 foi sancionada, instituindo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) enquanto uma política pública de carácter transversal, cujo objetivo prioriza o desenvolvimento de ações socioeducativas sustentadas nos direitos humanos, a articulação intersetorial das políticas públicas que compõe o Sistema de Garantia de Direitos e o alinhamento conceitual, estratégico e operacional entre os serviços de execução das medidas

socioeducativas destinadas a adolescentes em todo o território nacional (Ministério do Desenvolvimento Social, 2016).

O SINASE (2012) estabelece uma série de critérios quanto aos trabalhos a serem desenvolvidos junto a esses adolescentes, dentre eles a prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios. Em seu diálogo com a ampla Rede de Atendimento Socioeducativo, o SINASE (2012) complementa o que está previsto no ECA (1990) em relação aos objetivos das medidas socioeducativas, conforme descrito no artigo 1º, parágrafo 2, que estabelece:

I - responsabilizar o adolescente pelas consequências prejudiciais do ato infracional, incentivando, sempre que possível, a reparação;

II - promover a integração social do adolescente e garantir seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento;

III - desaprovar a conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como limite máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos na lei (Brasil, 2012).

Embora os avanços legais das últimas décadas sejam evidentes, pesquisas atuais ainda apontam a reprodução dos paradigmas antigos, como se pode observar através da alta taxa de homicídios de jovens no país, que representam 50,2% da população assassinada segundo o Fórum da Segurança Pública (2023). Entre 2009 e 2019, 333.330 adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados no país. Só em 2022, as mortes intencionais no Brasil representaram 23,3 por 100 mil habitantes, em que 76,9% das vítimas eram negras, 50,2% eram adolescentes e jovens e 91,4% eram do sexo masculino. Quanto à letalidade policial nesse mesmo ano, foram 6.429 mortos pela polícia, sendo que 83% das vítimas eram negras e 76% tinham entre 12 e 29 anos. Além disso, dos 161 policiais que foram assassinados 98,4% eram do sexo masculino e 67,7% eram negros. Há que se ressaltar que em 2019, o Fórum de Segurança Pública demonstrava que os jovens negros eram 2,7 vezes mais suscetíveis à violência letal do que jovens brancos. Tais dados apontam para uma das principais expressões de desigualdades raciais ainda persistente em nosso país, com altas taxas de violência letal dirigido à população jovem e negra. E o que isso tem a ver com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa?

Segundo o levantamento realizado pelo Comitê Cearense de Prevenção aos Homicídios de Adolescentes (2016), o perfil de adolescentes assassinados é o mesmo perfil dos adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas, sendo que 73% dos adolescentes mortos naquele ano já haviam passado pelo sistema socioeducativo (Colaço, Cavalcante & Cavalcante, 2020). Em um estudo adicional, Asquidamini et al. (2015) analisaram uma população de 20 milhões de adolescentes no Brasil dos quais 58.764 estavam cumprindo medidas socioeducativas. O estudo apontou que estes adolescentes viviam em áreas estigmatizadas nas periferias urbanas, onde a presença policial é ostensiva.

Conforme indicado por Silva e Guerresi (2003), muitos dos adolescentes em privação de liberdade passam a ser incluídos como sujeitos de direitos apenas a partir do momento em que ingressam no cumprimento da medida socioeducativa, sendo que o próprio sistema socioeducativo apresenta limites e fragilidades na execução do trabalho proposto. Com isso, se diferentes expressões da adolescência no Brasil denunciam uma população vulnerabilizada diante do quadro de violências supracitados, o perfil de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa é ainda mais alarmante, uma vez que essa parcela da juventude ainda é vítima de reiteradas violações de seus direitos mais fundamentais (Asquidamini et al., 2015).

Portanto, apesar do ECA propor maior visibilidade da concepção de criança e adolescentes enquanto sujeito de direitos, há uma contestação inevitável quanto às intersecções entre raça, gênero e classe que determinam as diferentes possibilidades de acesso a estes direitos (Passetti, 2010; Schuch, 2013; Scisleski et al., 2012). O abismo encontrado entre as vivências de diferentes parcelas da população jovem no nosso país ressalta que enquanto adolescentes brancos e ricos são inseridos nas práticas econômicas operantes, adolescentes pobres e negros ainda carregam uma marca de "suspeito", associados ao antigo estigma de periculosidade e, dentro desse contexto de violência e letalidade, permanecem sendo visto como inimigo a ser detido (Asquidamini et al., 2015; Assini-Meytin et al., 2023; Passetti, 2010; Ribeiro, 2018; Santos et al., 2018).

Essa ideia de periculosidade, já historicamente situada neste texto, é também embasada em uma noção de uma propensão natural ao crime, atribuída à características individuais daquele sujeito "delinquente" que, portanto, deveria ser reprimido e reeducado pelas agências de controle (Bicalho et al., 2012). Coimbra e Nascimento (2008) afirmam que tal controle, além de instrumento da herança escravocrata, tem papel fundamental na constituição de percepções em relação à pobreza em nosso país, enquanto outros autores também denunciam a manutenção

de uma rede discursiva que promove e sustenta as desigualdades aqui apresentadas (Passetti, 2010; Ribeiro, 2018).

O cenário brasileiro escancara em seus dados a institucionalização de violências contra a população jovem e negra, expressões estas da organização estrutural do poder racializado no Brasil. A criminalização do modo de vida dessa parcela da população é reproduzida em um discurso recorrente em torno da naturalização de graves intervenções penais, ou melhor, letais, mesmo que o público aqui apresentado se trate de adolescentes, sujeitos de direitos, com inimputabilidade penal, a quem o Estado deveria exercer proteção e não punição, muito menos execução (Presotto et al., 2022).

Silvio Almeida (2019) apresenta o direito enquanto um poder e ainda enquanto uma tecnologia de controle social, utilizada para fins políticos alinhados aos grupos que detém o poder institucional. O autor complementa que, apesar da premissa de sujeitos livres e iguais que estabelecem relações de troca, a materialidade dos fatos se dá a partir de normas que ainda criminalizam corpos pretos e empobrecidos, com base naqueles mesmos valores supostamente superados, mas que permanecem legalizados através da judicialização dessas vidas, nomeando como racismo estrutural essa violência colonial ainda presente no tecido social de nosso país. Assim, essas vidas são interrompidas e atravessadas pelas violências de um Estado, com justificativas de uma busca por segurança pública, sustentadas por leis que ainda operam uma economia da morte, em que se "deixa viver ou se faz morrer" (Lima, 2018; Mbembe, 2018; Ribeiro, 2018, Vitali et al., 2021).

Autores como Asquidamini et al. (2015), Jimenez e Frassetto (2015) propõe reflexões nesse sentido, considerando que antes desses adolescentes violarem a lei, o Estado já os violenta. Antes deles serem adolescentes em conflito com a lei, a lei se coloca em conflito com eles. Ainda segundo esses autores, a individualização dessas questões, através da culpabilização e/ou patologização dos adolescentes pelas consequências das questões sociais delineadas até aqui, serve aos propósitos do mercado e da sociedade.

Portanto, a presente pesquisa entende a importância política de escolha do estudo das teorias do senso comum sobre violências a partir das experiências dessa juventude, tão marcada por violações no cenário histórico nacional. Ressaltando ainda a sugestão de Frota (2007) quanto à busca por uma compreensão de adolescência que, além de contemplar a compreensão da historicidade, permaneça inacabada e impossibilitada de decidir termos para uma definição homogênea, respeitando a noção de que adolescências são expressões e vivências plurais,

embasadas em conceitos como transformação e dinamismo. Assim, a pergunta desta pesquisa também se atualiza e dinamiza conforme diferentes recortes espaço-temporais são propostos em outros e novos estudos do tema.

4. MÉTODO

4.1. Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa se caracteriza como um estudo de campo, com natureza qualitativa e exploratória a partir de um recorte transversal, onde as pesquisadoras exploraram as representações sociais de violências para uma população de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, conforme recorte determinado pelo espaço geográfico e período cronológico (Gil, 2002; Sampieri et al., 2013).

4.2. Participantes

Participaram da pesquisa 15 (quinze) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, de três cidades de porte médio do Estado de Santa Catarina. Para tanto, foram definidos como critérios de inclusão adolescentes que estavam em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto no momento da realização da entrevista, vinculados ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social - CREAS. Como critério de exclusão, foram considerados adolescentes que já tivessem sido atendidos pela pesquisadora, uma vez que esta fez parte da equipe técnica deste serviço em um dos municípios onde foi realizada a coleta de dados.

4.3. Instrumentos

Para a coleta de dados do presente estudo foram aplicados dois instrumentos desenvolvidos pelas pesquisadoras e testados previamente, através da realização de uma entrevista com adolescente que correspondia aos critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. A análise do pré-teste foi realizada em profundidade em conjunto com orientadora e coorientadora, sendo previstas alterações consideradas necessárias para melhorar o acolhimento dos participantes e prestar maiores esclarecimentos aos mesmos através da construção de um texto introdutório adicionado aos instrumentos aplicados, além de evitar vieses de pesquisa na

aplicação destes, bem como buscar o aprofundamento dos relatos sobre experiência de violências.

O primeiro instrumento contempla uma entrevista semiestruturada (Apêndice 1) associada à entrevista episódica, uma vez que a entrevista semiestruturada é caracterizada como uma forma de interação social em que o pesquisador formula perguntas ao entrevistado com o objetivo de obter os dados que interessam à pesquisa, sendo considerada uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas ciências sociais e a técnica por excelência nesse campo de pesquisa, enquanto a entrevista episódica se caracteriza por vincular a narrativa dos participantes às suas experiências concretas sobre o fenômeno (Gil, 2008; Flick, 2009). O segundo instrumento correspondeu ao questionário sociodemográfico (Apêndice 2), que possibilitou identificar as variáveis envolvidas na caracterização dos participantes e possíveis relações existentes com os resultados encontrados.

4.4. Procedimentos de Coleta de Dados

O contato com os participantes foi realizado inicialmente por membros das equipes técnicas dos serviços em que ocorreu a pesquisa, quando foram feitos convites individualmente e o agendamento das entrevistas com a pesquisadora. Alguns convites também foram feitos pela própria pesquisadora em encontros de grupos de adolescentes, realizados por um dos serviços, após a devida apresentação desta pela equipe responsável. Com a anuência do adolescente e de seus responsáveis, antes do início da entrevista propriamente dita, a pesquisadora fez a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou Termo de Assentimento junto a cada adolescente e responsável, quando era o caso, bem como a retirada de possíveis dúvidas.

As entrevistas foram realizadas em salas que garantiam o sigilo das informações coletadas, em espaços físicos dos respectivos CREAS, bem como foram registradas por meio de um gravador de voz e posteriormente transcritas para a realização da análise de dados. Todas as entrevistas foram conduzidas pela autora desta dissertação, que é formada em Psicologia e tem experiência em atendimentos relacionados às violências, tendo sido garantido a todos os participantes a possibilidade de interromper a qualquer tempo a entrevista, para acolhimento e manejo de quaisquer conteúdos psicológicos emergentes quando necessário, bem como a realização dos encaminhamentos devidos.

A coleta de dados teve início em setembro de 2021, quando a pesquisadora entrou em contato com a coordenadora do CREAS de Balneário Camboriú - SC e junto da equipe técnica do Serviço de Proteção aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade realizou o levantamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, considerando os critérios de inclusão e exclusão na pesquisa. Ainda no decorrer deste mês, foi dado início a realização dos convites aos adolescentes que cumpriam os critérios necessários, através do acesso a estes pelos grupos ofertados no serviço.

O esforço inicial da pesquisa compreendia a coleta com 20 participantes naquele município, porém o serviço escolhido foi afetado e reduzido com o avanço da Pandemia de COVID-19. Entre os meses de outubro de 2021 e fevereiro de 2022, foram coletadas apenas 2 entrevistas, pois havia um baixo número de adolescentes frequentando o serviço de forma presencial. Por esta razão, foi necessário ampliar o campo de abrangência do estudo a outros municípios de médio porte da mesma região de Santa Catarina, sendo eles Itajaí e São José, onde foram realizadas respectivamente 8 e 3 entrevistas.

4.5. Análise de Dados

Os dados sociodemográficos foram analisados com auxílio do software Jamovi, através de procedimentos estatísticos descritivos, para posterior correlação com os dados e informações qualitativas levantados a partir das entrevistas realizadas. Já o material textual proveniente das entrevistas foi analisado com auxílio do software Atlas.ti, a partir da Análise de Conteúdo Categorical proposta por Bardin (2009), cuja orientação é o desmembramento do texto em categorias para reagrupamentos analógicos que constituem as unidades de análise.

A autora sugere ainda que tal categorização sinaliza a passagem de dados brutos a dados organizados, possibilitando identificar índices que se encontrariam invisíveis no formato inicial e, por isso, desempenham função de indicar correspondências entre as mensagens e as realidades subjacentes. Esta categorização pode ser realizada a priori, quando as categorias são derivadas da literatura antes da leitura dos dados brutos, ou a posteriori, após a leitura dos dados brutos e derivadas do próprio conteúdo encontrado (Bardin, 2009).

As etapas desta análise de conteúdo foram feitas inicialmente por dois juízes, estudantes de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de

Santa Catarina (UFSC) e integrantes do Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição. Após a primeira análise, uma terceira juíza, também aluna desse programa, realizou a comparação das análises, verificando um percentual de concordância de 73,06%, conforme cálculo de Holsti (1969). A partir disso, foram realizadas reuniões entre os três juízes para discutir as discordâncias sobre a categorização de cinco entrevistas, nas quais o percentual de concordância foi abaixo de 75%. Durante essas reuniões, os três juízes discutiram as principais discordâncias e reavaliaram as categorizações distintas, sendo que ao final, a terceira juíza realizou novamente a comparação das análises, obtendo um novo percentual de concordâncias de 89,13%.

4.6. Procedimentos Éticos

Inicialmente esse projeto foi apresentado à coordenação dos serviços em que a coleta de dados ocorreu, para a devida autorização de sua execução. Em seguida, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH/UFSC), conforme as orientações da Resolução 466/2012 e da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, sendo que sua aprovação se deu em setembro de 2021 conforme Parecer 4.980.519 do CEPSH/UFSC.

Quanto à garantia de direitos para os participantes, foram apresentados, assinados em duas vias e entregues aos participantes com mais de 18 anos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que discorre sobre os objetivos da pesquisa e as garantias necessárias aos adolescentes (Apêndice 3). Já para os participantes com idade inferior aos 18 anos, foi apresentado o Termo de Assentimento (Apêndice 4), e aos seus responsáveis o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 5).

5. RESULTADOS

5.1. Caracterização de Participantes

Para a devida compreensão dos resultados encontrados nesta pesquisa, que se caracteriza como qualitativa e se insere dentro do campo da Psicologia Social, foi aplicado um questionário socioeconômico juntamente com as entrevistas semiestruturadas. A partir deste instrumento, pôde-se compreender o perfil dos adolescentes alcançados por esta pesquisa (Tabela 1) e, assim, considerar uma discussão em maior profundidade sobre os processos de subjetivação vivenciados por este grupo.

Tabela 1. Caracterização individual dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas entrevistados.

Característica	Número de Participantes
<i>Gênero</i>	
Homem	10
Mulher	4
Mulher Trans	1
<i>Raça</i>	
Branca	6
Parda	6
Negra	1
Sem declaração	2
<i>Estado Civil</i>	
Solteiro(a)	9
Casado(a)	3
Namorando	2
Separado(a)	1
<i>Religião</i>	
Evangélica	5
Católica	3
Cristianismo	1
Declaração de múltipla religiosidade	1
Budismo	1
Religiosidade não determinada ou mal definida	1
Acredito em todas	1
<i>Prática Religiosa</i>	
Não Praticante	10
Praticante	5

Conforme dados sociodemográficos descritos na Tabela 1, a amostra da pesquisa foi composta por uma maioria de participantes que se autodeclaram quanto ao gênero como homens (n = 10), quanto a raça como brancos (n = 6) ou pardos (n = 6) e, quanto ao estado civil como solteiros (n = 9). Quanto à prática religiosa, cinco dos respondentes se declararam como

de religião evangélica, três de religião católica, mas a maior parte dos entrevistados ($n = 10$) se declarou como não praticante de nenhuma religião.

A média de idade observada foi de 17,9 (DP = 1,36), com mínimo de 16 anos e máximo de 20 anos. A maior parte desses adolescentes não tinha filhos ($n = 10$), quatro participantes tinham 1 filho e um deles tinha 2 filhos ($n = 1$). A quantidade de pessoas com quem compartilhavam a casa variou entre morar com mais 1 pessoa e com mais 8 pessoas, sendo que a maior parte compartilha a casa com mais 4 pessoas ($n = 5$).

Desses núcleos familiares, 2 adolescentes não souberam informar a renda, 3 famílias tinham renda mensal de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 1 família apresentava renda de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo, 4 famílias de 1 a 2 salários mínimos, 2 famílias de 2 a 3 salários mínimos e 4 famílias possuíam renda de 3 a 5 salários mínimos. A média de renda declarada foi de R\$1.257, a mediana de R\$800, com mínimo de R\$0 e o máximo de R\$6.000. Entre os benefícios recebidos estavam o Auxílio Brasil ($n = 4$), assim chamado à época da pesquisa, cesta básica ($n = 2$), pensão por morte de familiar ($n = 1$), pensão de pai ($n = 1$).

Tabela 2. Caracterização individual dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas entrevistados quanto à ocupação e educação.

Descritiva	Número
<i>Estuda</i>	
Sim	2
Não	13
<i>Formação</i>	
Ensino Médio Incompleto	5
Ensino Fundamental II Incompleto	9
Ensino Fundamental I Incompleto	1
<i>Trabalha</i>	
Sim	10
Não	5
<i>Modalidade de Trabalho</i>	
Formal	5
Informal	3
Em empresa familiar	2

Na tabela 2 é possível observar que o número de adolescentes que estudava no momento da entrevista correspondeu a menor parcela da amostra ($n = 2$), enquanto o número de adolescentes que declarou não estudar correspondeu a maior parcela da amostra ($n = 13$). No que se refere à formação, os entrevistados se dividiram entre uma parcela média que tinha Ensino Médio Incompleto ($n = 5$), a maior parcela que tinha Ensino Fundamental II Incompleto ($n = 9$) e apenas um indivíduo que tinha Ensino Fundamental I Incompleto. O período no qual

os participantes desistiram da escola foi entre os anos de 2015 e 2021, mas a maioria deixou de estudar em 2019 (n = 5). No campo do trabalho, 5 adolescentes não trabalhavam e 10 estavam inseridos no mercado de trabalho, dos quais 5 trabalhavam de maneira informal, 3 de maneira formal e 2 referiram trabalhar com a família. Cabe ressaltar que 3 dos 15 adolescentes entrevistados não trabalhavam e nem estudavam no momento da pesquisa.

Aspectos de caracterização relacionados à medida socioeducativa indicaram que 5 participantes não sabiam que tipo de medida socioeducativa estavam cumprindo, 7 estavam respondendo por Liberdade Assistida, 2 cumpriam Prestação de Serviço à Comunidade e 1 adolescente respondia a uma medida que associava Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. Sobre o número de medidas socioeducativas de cada adolescente, 12 respondiam a apenas 1 medida socioeducativa e os outros 3 respondiam a 2 medidas socioeducativas.

5.2. Representações Sociais de Violências

Após a escuta atenta das entrevistas, suas transcrições integrais e uma leitura exaustiva do material coletado, foram definidas as categorias de análise abaixo apresentadas, levando em consideração os relatos coletados ao longo das entrevistas. Tais categorias não foram organizadas seguindo a sequência das perguntas, uma vez que ao longo das entrevistas os questionamentos evocavam novas memórias relativas às violências vivenciadas ao longo da vida, bem como, por vezes, foram também observados certos processos de organização dos conteúdos evocados no espaço da entrevista. Também foi possível observar no discurso dos entrevistados algumas vezes em que não reconheceram ou não nomearam as violências relatadas enquanto violências, e/ou alguma tipologia específica, em um momento inicial. Nesses casos, os juízes categorizaram as tipologias de violência e essas situações foram levadas em consideração como RS justamente por terem sido evocadas por perguntas relacionadas à violência ao longo da entrevista.

As respostas aos questionamentos quanto ao que é a violência, como ela aparece, as experiências que eles vivenciaram relacionadas a violência, situações de violência no contexto socioeducativo e sugestões para resolução da violência (Apêndice 1) foram agrupadas em seis macrocategorias: **Tipologia, Contextos, Atribuições Causais, Resoluções, Ancoragem e**

Objetificação (Quadro 1). Estas duas últimas foram separadas para fins de organização da análise, porém são compreendidas como dois processos interligados.

Quadro 1. Categorias de representações sociais de violências para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no estado de Santa Catarina.

Categoria	Microcategoria	Exemplo
Tipologia	Privação de Direitos Básicos	<i>"É que lá onde eu moro é uma comunidade, tem muita pobreza tals e eu estava precisando de dinheiro, certo, eu não tinha onde morar, não tinha o que comer daí eu tive que fazer aquilo pra mim poder, é tipo, pra mim pode comer, morar, entendeu independente, daí aconteceu" (Participante 3)</i>
	Violência física	<i>"apanhar, bater" (Participante 1)</i>
	Violência verbal	<i>"Ah que nem eu falei é, antigamente principalmente ah, xingamento porque, não, tipo eu não vejo muita agressão física. Sabe? Mas eu vejo muito xingamento assim. Pra mim isso já é uma agressão. Isso é a maior agressão, que nem eu já disse pô, então eu só vejo isso na verdade" (Participante 9)</i>
	Violência psicológica	<i>"Teve xingamento teve como que a professora falou pra mim que eu não eu nunca ia ser nada da vida. Como que uma educadora vai falar pro aluno que ele nunca vai ser nada na vida? Já começa o erro aí, né? Se você está me educando, você está me orientando a ser alguém na vida. Como que você vai falar pra mim que eu nunca vou ser alguém?" (Participante 9)</i>
	Homicídio	<i>"Como que aparece, com polícia, lá na comunidade existe muito isso, de briga, discussões, até tiro, entendeu, morte, ontem mesmo morreu, um perto lá, isso faz mal pra gente, querendo ou não mexe com a gente também" (Participante 3)</i>
	Violência sexual	<i>"(...) Falá que já aconteceu comigo, que eu tinha mais ou menos uns seis, cinco ano. Eu tava tipo, eu tava brincando na rua daí tinha um cara que morava lá perto de casa daí ele me chamou lá perto da casa dele, tipo assim eu só tinha cinco anos né? Dai, daí falou que alguma coisa eu acho embaixo do sofá, daí mando abaixa e começo (...) começou a mexer tipo em em mim assim" (Participante 11)</i>
Contextos	Violência no âmbito social	<i>"Olha, é tanta notícia que, tipo assim, é toda hora na verdade é na internet, é, tipo assim a pessoa vai lá e posta uma foto, a pessoa vai lá e faz um xingamento, faz um racismo, sabe? Ai manda mensagem ofensivas, isso também é uma violência" (Participante 7)</i>
	Violência policial	<i>"(...) eu tinha 14 anos eu já apanhava de polícia" (Participante 4)</i>
	Violência no âmbito familiar	<i>"(...) eu lembro de diversos momentos em que eu eu apanhei né, da minha mãe (...) " (Participante 15)</i>

	Violência contra a mulher	"Ah, uma vez que ele deu um paulada na minha mãe. Só que daí ele foi para dar uma paulada na minha mãe e não pegou nela, pegou em mim" (Participante 8)
	Violência contra animais	"Contra animais, tudo. Contra tudo que tem na sociedade né" (Participante 12)
Atribuições Causais	Drogas / facções	"E às vezes até também por conta do excesso de álcool. Acontece bastante. Uso de droga também, que às vezes mexe com a mesma pessoa e a pessoa fica, fica... é o meu ponto de vista né? Eu acho que é essas coisas..." (Participante 7)
	Estereótipos	"Eu tenho meio um rostinho cara de vagabundo toda vez que eles me pegam, olha eu posso estar passando na rua normalmente, e se passar uma viatura e me enxergar é tortura na certa" (Participante 13)
	Sistema	"A pobreza gera, fome, tudo isso gera um sentimento tão ruim dentro daquelas pessoas que fazem elas ficar daquele tipo e não só uma ou duas, é todo mundo que tá ali sente aquilo" (Participante 13)
	Agressividade	"Por causa da, marcou por causa das agressões, né, que eu via ele fazendo a minha mãe, né? O fato dele ser agressivo, né? Isso que marco mais assim" (Participante 8)
	Transtornos mentais	"Minha opinião sobre isso, acredito que é uma pessoa que pratica violência ela está com a cabeça desligada ou nervosa ou está passando por problemas mentais, é psicológicos, que acaba gerando essa agressão" (Participante 6)
Resoluções	Empatia e/ou Respeito	"Ah, respeita o outro. Te honestidade né. E é isso" (Participante 10)
	Informação	"Tipo conversa mais, que não é só resolvendo na vio...tipo, eu acho que uma palavra mais transparente vale mais do que um chute, do que um soco do que um tapa" (Participante 4)
	Acesso à direitos	"(...) Se conseguisse resolver o fator pobreza você resolvia o fator violência e resolvia o fator crime, o crime, vocês tem que entender que ele não se cria sozinho (...)" (Participante 4)
	Punitivismo penal	"Os feminicídio é campanhas e uma lei cada vez mais severa né? Acredito que a lei mais severa a pessoa pensa antes de fazer, se fosse mata desse dois ano de cadeia, todo mundo ia mata alguém, todo mundo não, tipo várias pessoas iam morrer mais ainda e acredito que a lei devia ser mais severa sobre isso" (Participante 6)
	Aumento de vigilância	"Se colocasse uma câmera que pudesse gravar neles, que aí eles não iam poder bater?" (Participante 1)
Ancoragem	Experiências como vítima	"Ah tem o, o abuso, que eu já sofri também bastante no trabalho, com pessoas que é, trabalhavam no mesmo lugar que eu, então é, é muita coisa que acontece né? Desde o abuso, desde a violência, desde... tudo" (Participante 7)
	Experiências de terceiros	"Eu tenho um monte de amigo que foi pro CASEP e fala que apanhou bastante" (Participante 1)

	Experiências como autores	<i>"É, tipo, no meu processo mesmo, já pratiquei violência, tentei arruma briga e tal (...)" (Participante 12)</i>
Objetificação	Drogas e/ou tráfico	<i>"É o crime, né? no crime tem muita violência, sabia? Tipo assim essas facção, sabe? (Participante 10)</i>
	Polícia	<i>"a única pessoa a única que eu apanhei acho que é de polícia" (Participante 1)</i>
	Encarceramento	<i>"Imagem que vem na minha cabeça, aquele lugar lá, ninguém merece estar naquele lugar lá a cela assim, aquela imagem, de estar preso sem poder se mexer é a única que vem" (Participante 3)</i>
	Mulher	<i>"É que nem violência de marido e mulher. Tem gente que se altera e não sabe conversa e acaba..." (Participante 4)</i>
	Armas	<i>"(...) a polícia chegou dando uns tiros de metralhadora (...)" (Participante 13)</i>
	Socos, tapas ou chutes	<i>"Ah, soco e chute, porque não queria abrir meu telefone, eles queria que eu abrisse (...)" (Participante 1)</i>

A macrocategoria **Tipologia** ($f^2 = 568$) compreendeu os principais tipos de violência descritos pelos entrevistados. A mais expressiva nessas categorizações foi a **Privação de Direitos Básicos** ($f = 206$), que considerou falas que representavam a negligência através da violação de direitos fundamentais, como a falta de acesso à educação, saúde, alimentação, segurança, moradia, trabalho, entre outros e pode ser representada pelo seguinte trecho:

"Não conseguia emprego ficava todo dia em casa sem fazer nada, sai da escola que era muito, muito preconceito entendeu, por eu ser de fora, aí saí da escola e fica todo dia em casa e aí ela (mãe) falou vai embora" (Participante 3)

A fala do participante 12 também ilustra como os maus tratos aparecem no decorrer das entrevistas:

"Ah, violência pra mim? é maus tratos, é essas coisa relacionada a esse tipo. Mais ou menos isso." (Participante 12)

² Frequência total da categoria.

Outra tipologia frequente foi a **Violência física** ($f = 171$) categorizada sempre que os entrevistados utilizavam palavras como apanhar, bater, chute, tapa, soco, entre outras que descrevessem agressões físicas. Para tanto, é possível observar que a violência física se destaca entre os tipos de violência trazidas pelos adolescentes, quando questionados sobre o que era violência, através de falas como:

"Não sei, acho que apanhar, bater" (Participante 1)

"Violência para mim é isso, matar os outros, roubar entendeu, violência é bater nas pessoas sem precisão, espancar." (Participante 3)

"Violência é altas... é várias fita. Violência não é só física, também é palavra. É o que eu penso, é isso. Não sei descrever praticamente, entendeu? Mas violência é... tem várias, vários tipos de violência." (Participante 4)

"Quando alguma p... alguma pessoa quiere me bate, dai não vou deixa me bate também, bate também. Mas eu sou de boa." (Participante 5)

"Violência pra mim? Violência eu acredito que pode ser, acho uma coisa que é verbal e física né? Como que uma pessoa pode te agredir é, fisicamente ou verbalmente." (Participante 6)

"O que é violência pra mim? Violência é uma coisa ruim, né? Apanhar, é, é isso que eu acho." (Participante 8)

"Eu não sei descrever muito bem, mas eu acho que existem vários tipos né, tanto quanto física, psicológica, sofri já de várias maneiras né, mas não sei descrever exatamente alguma" (Participante 13)

A **Violência verbal** ($f = 71$) também atravessadas nessas falas, é exemplificada no trecho apresentado pelo participante 6, quando ele ilustra violências físicas e verbais com exemplos presentes em sua vida:

"um exemplo? é... vou dá dois exemplos então uma física e uma verbal. Verbal vamos dizer... pessoa tá atravessando a rua, um senhor está atravessando a rua. O cara de carro tá com pressa e fica buzinando e xingando a pessoa. Falando: 'pô seu velho, você está andando devagar'. Esse é o exemplo de uma verbal e uma física, é por exemplo polícia na comunidade. Policiais chega abordando qualquer um e maioria das vezes, oprimindo. Principalmente os jovens né? Assim, pessoas mais velhas é mais difícil, mais jovens mesmo na periferia, assim na comunidade não tem só só pessoa que faz a coisa errada né? quem be... bastante jovem que estuda também mas, até ele saber disso eles, eles batem, né?"

Como apresentado nesses exemplos, outros tipos de violência também foram descritos, demonstrando a compreensão do fenômeno da violência como complexo. Dentre os tipos de violência abordados pelos adolescentes estavam também a **Violência psicológica** ($f = 61$), o **Homicídio** ($f = 43$) e a **Violência sexual** ($f = 16$). Além disso, um importante destaque quanto às concepções de violência se apresenta na seguinte fala do Participante 13:

"Pensando, pensando bem agora a violência é quando eu interfiro de uma maneira negativa e violenta na vida de alguém, né, então tipo eu e você se eu interferir na sua vida negativa de uma maneira que faça mal, acho que isso que é a violência, é você impacta, como que você impacta mal na vida da pessoas, isso seria maldade, que é os dois lados ali não tem certo ou errado, mal ou bem, os dois estão errados."

Na macrocategoria **Contextos** ($f = 506$) foram considerados os espaços onde a violência ocorreu ou os sujeitos aos quais estava vinculada. Assim, em ordem de frequência, foram identificadas as categorias: **Violência no âmbito social** ($f = 185$), **Violência policial** ($f = 152$), **Violência no âmbito familiar** ($f = 118$), **Violência contra a mulher** ($f = 46$) e **Violência contra animais** ($f = 5$).

A categoria **Atribuições Causais** ($f = 199$) foi identificada ao longo do relato dos participantes sobre suas experiências relacionadas à violência, quando estes apontavam motivos que levavam as pessoas a cometer algum ato violento. As respostas com maior destaque foram **Drogas / facções** ($f = 64$), **Estereótipos** ($f = 52$) e **Sistema** ($f = 51$). Com menor expressividade

apareceram **Agressividade** ($f = 20$) e **Transtornos Mentais** ($f = 12$). No que se refere à microcategoria **Drogas / facções** ganham destaques falas como:

"E às vezes até também por conta do excesso de álcool. Acontece bastante. Uso de droga também, que às vezes mexe com a mesma pessoa e a pessoa fica, fica (risos)... é o meu ponto de vista né? Eu acho que é essas coisas (...)" (Participante 7)

"Era por conta da bebida do meu pai, né? Meu pai bebia direto e minha mãe também não largava dele." (Participante 8)

Os trechos das entrevistas apresentados a seguir ilustram os destaques da microcategoria **Estereótipos**:

"Não conseguia emprego ficava todo dia em casa sem fazer nada sai da escola que era muito, muito preconceito entendeu, por eu ser de fora ai sai da escola e fica todo dia em casa e aí ela falou vai embora (...) ah essa pessoa é de fora não é daqui de longe, tipo assim, entendeu? Preconceito por não morar aqui (...) sim, ah paraibano, cabeça achatada, ouvia o sotaque assim, dava risada." (Participante 3)

"Ah, bullying com quem tem problemas tipo autista, tem alguma dificuldade pra ler, pra escrever, já sofre por causa da cor, por causa do jeito de fala, o jeito de anda, o jeito de se vesti, tudo, entendeu? Hoje em dia as pessoas, elas tem uma cabecinha que olha muito difícil de lidar e isso pra mim são coisas normais sabe? Cada um tem seu jeito, tem o seu jeitinho. só que tem pessoas que não entende isso e acaba ferindo outras pessoas com racismo. (...) Tipo, tinha um guri da, da minha escola que ele era autista e todo mundo ficava mexendo com ele, jogando pedra nele e tipo assim aquilo revoltava ele, ele ficava estressado e ele corria atrás. Então aquilo parecia um, uma diversão pros outras pessoas, quando ele corria atrás. Então ele sofria bastante e também tinha uma guria da minha sala, que ela era, ela tinha dislexia, ela era né, e todo mundo ficava zoando ela por causa disso, zoava o cabelo dela." (Participante 7)

"Eu tenho meio um rostinho cara de vagabundo toda vez que eles me pegam, olha eu posso estar passando na rua normalmente, e se passar uma viatura e me enxergar é tortura na certa." (Participante 13)

Já as falas que se destacam na microcategoria **Sistema** são as explicações a seguir elaborada pelo participante 13:

"Uma explicação mais plausível para te de dar, é uma frase que escutei na música racionais que diz: dor e sofrimento com o passar do tempo, é isso que faz (...) seria a pobreza, o abandono, o governo em cima de tudo, a gasolina está 8 reais o litro 7 reais o litro dependendo o lugar, um botijão de gás está 150 dependendo do lugar, a comida para você comer tem que ganhar 4 mil reais por mês e o salário mínimo, as vezes, é menos de mil e cem, aí aquelas pessoas já são pobres e aí você obriga elas a ficarem mais pobre ainda, vai cada vez mais aumentando a miséria, miséria, miséria, miséria, aí a riqueza do país está na mão de uma ou duas pessoas, enquanto a pobreza está na mão de todo mundo. (...) Gera mais pobreza, e mais pobreza ainda, e mais pobreza, mais pobreza, e vai ficando isso mais infinito, até ter duas pessoas bem no país, e o resto está tudo fodido. (...) A pobreza gera, fome, tudo isso gera um sentimento tão ruim dentro daquelas pessoas que fazem elas ficar daquele tipo e não só uma ou duas é todo mundo que está ali sente aquilo.(...) Esse sentimento a gente, quando era do crime e junto com os outros, todo mundo que entra, começo por causa desse sentimento, sentimento de abandono, palavra correta, é um sentimento de abandono, você se sente um nada, você só quer causar problema para as pessoas que estão comandando o sistema pode enxergar aquilo e de alguma maneira pensar, opa os caras estão doidão, estão matando 10 pessoas por dia o que que é isso aí, eles levarem em conta e começar avaliar o que está causando isso, por que se eles fazem isso é por que eles querem chamar atenção para alguma coisa."

"o pensamento que quando eu entrei, vinha na minha cabeça é que eu estava numa situação muito difícil e ninguém dá bola pra ninguém né, aí aquilo começou a martela na minha cabeça e eu cada vez mais fodido, as vezes até passando fome enquanto tinha gente sei lá pagando mil reais em uma cerveja, indo para Dubai, gastando dinheiro com

puta, em cima de uma lancha, e aí isso começou a me deixar mal, muito mal, e eu sou só um brasileiro não tenho como mudar nada, e ai isso foi subindo, subindo, subindo, até me fazer mal, ai foi onde eu pensei numa maneira, de, como posso dizer assim, devolver para o mundo o que eu estava sentindo."

No que se refere à microcategoria **Transtornos Mentais**, ganha destaque o seguinte trecho:

"Minha opinião sobre isso, acredito que é uma pessoa que pratica violência ela está com a cabeça desligada ou nervosa ou está passando por problemas mentais, é psicológicos, que acaba gerando essa agressão." (Participante 6)

Quando questionados se tinham alguma sugestão para a melhoria da questão da violência no futuro, os adolescentes responderam com algumas propostas de **Resoluções** ($f = 73$) para esse fenômeno. As propostas levantadas pelos entrevistados se relacionam ao desenvolvimento de **Empatia e/ou Respeito** ($f = 22$), a disseminação de **Informação** ($f = 17$), ao **Acesso à direitos** ($f = 17$), ao **Punitivismo penal** ($f = 12$) e ao **Aumento de vigilância** ($f = 5$). Destaca-se a seguinte fala da categoria **Empatia e/ou Respeito**:

"Respeito. (...) É isso que todo mundo que está nessa qué." (Participante 4)

"Olha, a gente tem que ter mais amor no coração. Muito mais. Que hoje em dia as pessoas tão muito, sei lá. cada um por si sabe? Tipo ah eu vou fazer por mim e o resto e o é o que se foda sabe? Sabe o que eu falo isso? Que eu tinha esse pensamento e não é assim que você pensa não pode se pensar assim tem que se pensar no próximo. Entendeu? Que nem eu falei pô aquele moleque tinha uma mãe, tem um pai, tem uma irmã, tem um amor, tem um sentimento. Não pode se pensar assim. Ah mas pensar em mim o resto esquecido. Não. Você não vai se levar a nada desse jeito." (Participante 9).

Na microcategoria **Informação**, os participantes apontam para a importância de levar conhecimento aos jovens, de diversas formas, destacando a educação como primordial para a superação de situações de violência, como fala a Participante 7 no seguinte trecho:

"Ahn, Deixa eu vê... Olha, acho que é legal também as palestra na escola, sabe? Eu acho bem legal. Quando eu, sempre que tinha, eu amava. Assim, é busca passa o conhecimento pros jovens. Eu acho que é bem importante. Por mais que tenha aquele aluno chatinho, que não gosta muito, às vezes tem outros que gostam, né? E eu acho que isso é bem legal, fazer palestra na escola, sobre os assuntos de violência, droga e toda essas coisas. Oferece oportunidade, acho que é importante."

A macrocategoria **Ancoragem** ($f = 442$) foi construída a partir da pergunta sobre se o participante tinha experiências relativas à violência e foi dividida em três microcategorias para representar esse processo nesta pesquisa: as **Experiências como vítima** ($f = 240$), as **Experiências de terceiros** ($f = 127$) e as **Experiências como autores** ($f = 75$). A fala a seguir ganha destaque na categoria:

"Toda vez que eu penso nesse negócio de violência, favela, polícia, a primeira imagem que vem na minha cabeça é igual aula de história uma guerra cível pô, uma guerra civil é a população guerreando contra a população por caso de motivos é isso que vem na minha cabeça uma guerra civil aquilo ali, é uma corrida armamentista é atrás de dinheiro pra comprar arma, munição pra manter uma pressão contra a polícia, e a polícia a mesma coisa, corre atrás dos políticos, os políticos mudam as leis pra facilitar pra eles mexe aqui, mexe ali e troca armamento no começo não podia 12 que arma de restrita do exército, não podia 762 porque era arma do exército, não podia 556 porque era arma do restrita do exército agora está um doce igual, agora pode andar com uma 12 punheteira, pode andar com uma K-47 pode andar com o demônio, não tem restrição uma K-47 você dá um tiro sai lá no hotel lá, capaz de vara umas 10 casas do hotel ali a bala é desse tamanho, pô, e eles usam isso um armamento de guerra aí eles dizem que é pra fazer, pra cumprir o serviço deles para ter uma proteção mas tipo tem armas menores automáticas fuzis que tem menos potência e dá de fazer a ação que eles querem, mas não ali é uma guerra civil não tem como dizer que não pô, porque que eles querem uma arma que é desse tamanho, que atravessa um tanque que atravessa 15, 20 casas." (Participante 13)

Ainda sobre as **Experiências como vítimas** de violências um recorte de gênero ganha destaque, sendo que das 5 participantes mulheres, 4 relataram já ter passado por algum tipo de violência sexual. Conforme aparece na fala da Participante 7:

"Ah tem o o abuso, que eu já sofri também bastante no trabalho, com pessoas que é, trabalhavam no mesmo lugar que eu, então é, é muita coisa que acontece né? Desde o abuso, desde a violência, desde... tudo".

O processo de **Objetificação** ($f = 396$) se relacionou principalmente as **Drogas e/ou tráfico** ($f = 104$), a **Polícia** ($f = 95$), ao **Regime fechado/Encarceramento** ($f = 66$), a **Mulher** ($f = 55$), as **Armas** ($f = 54$) e a **Socos, tapas ou chutes** ($f = 22$). As macrocategorias de ancoragem e objetificação podem ser representadas nas falas dos Participantes 3 e 4, que afirmam suas experiências como vítimas de violências policial e no âmbito familiar respectivamente e apresentam objetificações nos seguintes trechos:

"Estavam dormindo, entraram bateram em nós, deram panelada, capacetada, soco, e tipo não tinha ninguém vendo pra presenciar isso".

"Eu, na verdade, eu, eu fui criada no meio de violência, né? Que meu pai bebia muito daí batia na minha mãe, daí eu separava, ajudava minha mãe não apanha né, daí aí eu não gosto muito de fala disso porque eu acho que eu ganhei um trauma disso sabe? Desde pequena já fui criada no meio da violência" (Participante 8)

Cabe ressaltar que a correlação entre as categorias permite uma análise qualitativa com maior refinamento, buscando compreender em profundidade o material coletado. Assim, a Tabela 3 apresentada a seguir visa contribuir com melhor análise dos resultados encontrados.

Tabela 3. Correlações entre as experiências e formas de violência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

	Violência no âmbito familiar	Violência no âmbito social	Violência contra a mulher	Violência policial	Violência contra animais
Experiências como vítima	80	71	17	100	0
Experiências como autores de violência	14	51	3	6	0
Experiências de terceiros	36	57	27	35	4

Destacam-se correlações importantes na associação de **Experiências como vítimas** em situações de **Violência Policial** ($f = 100$), **Violência no âmbito familiar** ($f = 80$) e **Violência no âmbito social** ($f = 71$). A **Violência no âmbito social** também teve correlação relevante com as **Experiências de terceiros** ($f = 57$) e as **Experiências enquanto autores de violência** ($f = 51$). Ou seja, dentro da amostra estudada foi observado que a maior parte dos adolescentes entrevistados foi vítima de violência policial, conforme destacado pelos trechos a seguir:

"Eu vou contar uma história que aconteceu comigo esses dias, estava voltando pra casa, era 3 horas se não me engano, mais ou menos, eu não estava com nada, com minha carteira, com meu celular, andando eles me viram na rua e ligaram a lanterna na minha cara, está fazendo o que na rua vagabundo? Eu não estou fazendo nada senhor, peguei assim e botei as duas mãos no bolso, mostrando que não tinha nada, botei as mãos para o alto, eu não tenho nada senhor pode procurar, quando anos você tem? Eu disse 17, está fazendo o que na rua? Eu estou indo para casa, vai vai pra casa seu vagabundo, tá filmado, está filmadão, abaixei a cabeça e fui, isso aí é o constrangimento, a pessoa não está fazendo nada, e chamar a gente de vagabundo, tá filmado, o que ele quis dizer com isso? Tá filmado?" (Participante 3)

"Ixe, tinha uns 15 polícia lá falando que ia me matar se me pegasse na rua. Tinha até polícia que sabia onde eu morava, falo que ia fica rodando lá, que ia me mata. Não sei o que, vixe, falo um monte" (Participante 4)

"Ah, da abordagem até a guarda municipal mete salve nos piá, eu já apanhei da Guarda Municipal também." (Participante 4)

"Ixe, vocês nunca viram essa cena, mas pra nós é normal, tá ligado? Os caras chegam, (inaudível), já chega embolando você. Não importa como você tá, se tu é inocente, se tu é traficante. Quando eu caí preso, agora a última vez eu apanhei pra caralho. Quando eu entrei dentro da viatura, eles davam com a arma na nossa cabeça tudo. Ixe os cara é ruim mesmo, num é. Que que adianta nós fala? Que que é a nossa palavra contra a dos cara." (Participante 4)

"É que tipo, um exemplo, se é um, se tem um playboy e se tem um favelado você acha que é o, tipo, to falando, a violência que eu mais vejo é de polícia tá ligado? Então to falando referente à polícia, tem um playboy, filho de um bacana, e um favelado... você acha que a polícia vai defende quem mais? tá ligado? Essa fita aí que nós vê. Várias, ixé, já vi várias coisa, vários loco... Eu conheço tá ligado? Conheço cada gente que não tem nada, nada, nada e é suave, mas eu conheço cada cada cara, tipo que é bem de vida para o caralho, cheio da grana, lá onde eu trabalho, tá ligado? Vai um juiz lá lava carro, tá ligado? Nós já encontro bucha de cocaína dentro do carro do cara, tendeu? Aí muito, tipo, muitos querem falar muito de de nós que vem de um pouco tá ligado? E a violência vem mais pra nós. Cê já ouviu algum boato que teve violência policial em bairro nobre? Tá ligado? Não tem. Não sei se eles pegam alguém lá favelado, tá ligado? dessa visão" (Participante 4)

Quanto ao atravessamento entre as microcategorias **Experiências de terceiros e Violência Policial** cabe destacar a seguinte fala:

"Quatro vezes já, com pessoas que eu conhecia, que estavam em casa de noite dormindo com as mulheres e os filhos a polícia entrou, acho foi dois policiais, eles entraram pediram pra mulher dele sair da cama e peneiraram ele em cima da cama, ai depois os filhos dele acordaram, o a polícia saiu a casa ficou cheia de sangue por que o ser humano perde sangue pra caramba, se você matar uma pessoa aqui nessa sala, o chão fica tudo vermelho as paredes também, ai casa ficou cheia de sangue a polícia saiu como quem

não quer nada não tinha mandado de prisão não tinha nada ainda a mulher dele gravando postou no facebook e tudo, os filhos dele vendo o cara sendo um chafariz de sangue e os filhos dele ali do lado vendo isso, aí a polícia chegou e falo e disse nós matamos mas pegamos em flagrante." (Participante 13)

Tabela 4. Relações entre formas e tipos de violência relatadas por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

	Privação de Direitos Básicos	Violência Sexual	Violência Verbal	Violência Física	Violência Psicológica	Homicídio
Violência no âmbito familiar	67	3	18	47	16	3
Violência no âmbito social	77	10	31	47	29	31
Violência contra a mulher	5	9	7	23	8	6
Violência policial	73	1	14	73	19	9
Violência contra animais	0	0	0	0	1	3

A Tabela 4 apresenta relações entre as macrocategorias **Formas e Tipos de violência**. Pode-se perceber através desta que, conforme as entrevistas, a **Violência no âmbito social** tem maior associação com a **Privação de direitos básicos** ($f=77$) e com a **Violência física** ($f=47$). O mesmo ocorre com a **Violência policial**, que foi associada principalmente à **Violência física** ($f=73$) e **Privação de direitos básicos** ($f=73$). Estes tipos de violências, quando associados à **Violência no âmbito familiar** também foram correlacionados principalmente à **Privação de direitos básicos** ($f=67$) e à **Violência física** ($f=47$), como pode ser observado na seguinte fala:

"Eu, na verdade, eu, eu fui criada no meio de violência, né? Que meu pai bebia muito daí batia na minha mãe, daí eu separava, ajudava minha mãe não apanha né, daí aí eu não gosto muito de fala disso porque eu acho que eu ganhei um trauma disso sabe? Desde pequena já fui criada no meio da violência" (Participante 8)

Cabe destacar que os principais resultados encontrados na análise do material estavam relacionados às violências físicas e à privação de direitos básicos, no âmbito social e violência

policial, além de destacar os adolescentes enquanto vítimas das experiências em torno das violências. Em alguns casos, dentro dessas categorizações, a violência não foi nomeada como tal pelos entrevistados ($n = 6$). Por fim, em 2 casos, os participantes tinham sintomas relevantes de saúde mental enquanto efeitos das violências vividas, sendo que um já se encontrava em acompanhamento médico, tendo recebido um diagnóstico de depressão e apresentado histórico de tentativa de suicídio, enquanto outro não estava em acompanhamento ou tinha qualquer diagnóstico de transtorno mental, mas relatava sintomas de hipervigilância, desconfiança generalizada e consequente dificuldade de se relacionar, correspondentes ao trauma vivenciado.

6. DISCUSSÃO

Visando responder aos objetivos da pesquisa a discussão foi separada em 3 capítulos. Especificamente para caracterizar as representações sociais das violências para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, identificar as experiências de violências dos participantes da pesquisa e de estabelecer a relação entre as RS encontradas e as experiências relatadas.

Assim, o primeiro capítulo intitulado "*Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Quem são?*" discorre sobre os dados sociodemográficos da amostra em correlação aos dados estaduais e nacionais da população estudada, além de debater os fatores sociais impressos no panorama exposto, a partir de leituras que explicitam a problemática em torno da construção do estigma de sujeitos potencialmente perigosos. O segundo capítulo trata das "*Representações Sociais de Violências*" observadas a partir da amostra estudada, bem como apresenta concepções de violências, atribuições de causalidade em torno do fenômeno e possíveis soluções encontradas pelos adolescentes. Em seguida, o terceiro capítulo aborda sobre as "*Experiências de Violências e a Construção das Representações Sociais*", a fim de debater sobre as experiências que mais se destacaram, como a violência policial e a violência no âmbito familiar, bem como debater sobre a relação das experiências com os processos de ancoragem e objetificação na formação das representações sociais.

6.1. Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas: Quem são?

O questionário sociodemográfico nos permitiu capturar dimensões dos fatores sociais que contribuem para a compreensão de quem são os adolescentes inseridos no contexto de medidas socioeducativas, levando à qualificação do debate apresentado e ao aprofundamento da discussão realizada em torno das representações sociais encontradas. Essa caracterização contextualiza tanto as experiências de violência descritas pelos entrevistados quanto as representações sociais.

Mesmo com o esforço dos atores envolvidos no convite aos participantes da pesquisa em busca de diversidade de gênero, foram entrevistados mais adolescentes autodeclarados homens e apenas um terço da amostra autodeclarada como mulher. Esse dado apresenta uma porcentagem do público masculino mais baixa quando colocada em perspectiva com a realidade

do cenário nacional, em que 89% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto são do sexo masculino e 11% do sexo feminino. Em relação ao estado, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina (SSP/SC, 2018), foram levantados 11.440 registros de condutas análogas a crimes cometidos por adolescentes, destes 74,9% eram do sexo masculino e 25,1% do sexo feminino.

Ainda que os dados de diferentes pesquisas apresentem maior ou menor percentual, a porcentagem masculina é sempre expressamente superior à feminina nesse contexto, dado encontrado também pela amostra estudada nesta pesquisa, reafirmando assim em diversas instâncias que a questão de gênero se apresenta como ponto relevante na compreensão do público estudado. Nesse sentido, Angela Davis (2020) destaca que "pesquisas e estratégias de organização progressistas devem reconhecer que o caráter profundamente influenciado pelo gênero da punição ao mesmo tempo reflete e consolida ainda mais a estrutura de gênero da sociedade como um todo" (p. 66).

A autora salienta ainda que o surgimento do sistema penitencial é contemporâneo ao capitalismo, o qual vinha comprando a mão de obra por tempo de trabalho quando as penas passaram a ser estabelecidas a partir da privação de direitos individuais, como o próprio direito à liberdade e ao trabalho remunerado. Uma vez que o debate em relação aos direitos cidadãos estava ganhando força, o encarceramento passou a ser entendido como a própria pena em si devido a privação de tais direitos. Assim, enquanto as mulheres ainda não eram consideradas cidadãs detentoras de direitos não havia sentido em puni-las com a privação do que já não possuíam e, por isso, não sofriam a mesma penalidade que os homens (Davis, 2020)

Davis (2020) ilustra esse cenário descrevendo que as mulheres sofriam sanções em espaços privados e eram torturadas dentro de suas próprias casas, a partir do entendimento social que deveriam ser submissas à economia doméstica e, conseqüentemente, respondiam civilmente aos seus maridos. A autora acentua aqui o destaque da origem e perpetuação da violência doméstica até os tempos atuais. Além de ressaltar outros estudos que demonstram a maior probabilidade de mulheres irem para instituições psiquiátricas do que homens, explicitando como as prisões seriam instituições dominantes no controle dos homens enquanto as instituições psiquiátricas servem para o mesmo controle em respeito às mulheres. Logo, enquanto homens são tidos como criminosos, mulheres são tidas como loucas (Davis, 2020). Tal pensamento confirma a estrutura de gênero, ao ponto em que submete as mulheres aos papéis de gênero já conhecidos, como aquelas que vão ser associadas à fragilidade, à emoções

e à sensibilidade enquanto fraquezas. Por outro lado, se observa o reforço do papel de gênero associado aos homens, vinculados à força, à dominação, à racionalidade e à agressividade, conseqüentemente socializados a partir de uma naturalização da violência em si (Saffioti, 1992).

Os atravessamentos da questão de raça na temática das medidas socioeducativas também são imprescindíveis para o desenvolvimento teórico da área e acontecem a partir de um prisma nacional, em que dialogam expressamente com a história do país e a construção de políticas públicas em torno da infância e juventude, bem como encontram respaldo nas estatísticas apresentadas sobre essa população ao longo do território nacional. Todavia, há que se observar atentamente a amostra entrevistada e os dados estaduais, uma vez que esses não correspondem a uma correlação direta entre raça e medida socioeducativa, ou seja, para não reduzir o fenômeno descrito teoricamente é preciso prudência na leitura dos números apresentados. Se faz necessário também considerar que a autodeclaração quanto à raça ainda está atravessada pela ideologia de branqueamento vivenciada no país, cujo projeto pós-abolicionista sustentava uma nova prática de genocídio da população negra, em busca de um apagamento da "mancha negra" através da miscigenação, como aponta Abadias Nascimento (2016). Genocídio este que perpassa os âmbitos físicos e simbólicos, na tentativa de apagamento dos sujeitos, trazendo seus reflexos nos processos de subjetivação até a atualidade.

Retomando os achados da pesquisa, dos adolescentes entrevistados 6 se declararam brancos, 6 se declararam pardos, 2 não declararam raça e 1 adolescente se declarou negro. Quanto aos dados apresentados no Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina (2018), a etnia/cor dos 367 adolescentes era de maioria branca, que representavam 58,6% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no estado, enquanto pardos representavam 26,7% e pretos 7,9% desses adolescentes. Esse dado é comparado com a população do estado a partir dos dados do IBGE que, na mesma faixa etária, apresenta 81,2% de adolescentes brancos, 15% de pardos e 3,1% de pretos. Portanto, os adolescentes de cor branca em cumprimento de medida socioeducativa representam 22,6% menos do que o percentual da população total da mesma etnia/cor no estado. Ou seja, os adolescentes pardos e pretos estão sobrerrepresentados na população de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas do estado, assim como apresentado por Davis (2020) sobre nativos americanos nas prisões federais e estaduais nos Estados Unidos.

Cabe aqui retomar os dados apresentados nos capítulos iniciais para reafirmar o que a vasta literatura já apresenta sobre o entendimento de corpos negros e pardos marcados com um

estigma de propensão natural ao crime e à delinquência, em que a questão da raça se torna central, a partir de uma atualização das práticas coloniais e escravagistas na medida em se desenvolvem novas tecnologias de controle dessa população (Davis, 2020). Muniz Sodré (2023) afirma que a sociedade pós-abolicionista brasileira empreendeu a transição para a sociedade moderna exigida pelo capitalismo sem abolir cultura e simbolicamente a estrutura colonial, mantendo a racialização pós-abolicionista como uma estratégia de demarcação de fronteiras sociais internas para a manutenção da hierarquização social pautada nas novas regras. Flauzina (2006) também discorre que sinalizar de forma efetiva a existência de um sistema penal brasileiro formatado pelo racismo, cujo movimento em primeiro plano é em direção à promoção de morte da população negra, significa a possibilidade de abalar as estruturas do pacto social vigente no país em torno do mito da democracia racial.

Os demais dados do perfil sociodemográfico encontrados na amostra correspondem ao perfil das pesquisas a nível estadual e federal também. Haja visto que a idade média dos entrevistados foi de 17,9 (DP = 1,36), com mínimo de 16 anos e máximo de 20 anos, dados que dialogam diretamente com a Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (2018) que declara que 82% desses adolescentes estão na faixa etária dos 16 aos 21 anos. Quanto ao grau de escolarização, um terço (66%) da amostra da pesquisa declarou ter Ensino Fundamental em comparação a 60% da amostra estadual. Já o número de adolescentes que estudavam no momento da entrevista correspondeu a 13,3% e o número de adolescentes que não estudavam correspondeu a 86,7%. A nível estadual, o percentual de adolescentes que não estava estudando antes do cumprimento da medida socioeducativa era de 62,9%, sendo que ocorreu uma mudança desse percentual durante o cumprimento da medida socioeducativa, passando a 79,3% de adolescentes matriculados e estudando regularmente. Cabe ressaltar aqui o advento da pandemia de Covid-19, que ocorreu após o levantamento desses relatórios e que foi um fator significativo no contexto de abandono escolar desses adolescentes.

No que se refere à renda familiar dos participantes da pesquisa, foi observada uma média de R\$1.257, enquanto nos dados estaduais podemos encontrar que 55,9% dos adolescentes têm uma renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos. Em relação a este estudo, 33% da amostra da pesquisa não trabalhava, mesmo percentual encontrado nos dados estaduais. Dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho, 33% de participantes da pesquisa e 38,1% nos dados estaduais trabalhavam de maneira informal, já sobre o trabalho formal encontramos 20% da amostra, enquanto nos dados estaduais esse percentual se refere a apenas 2,5%.

Por fim, segundo o Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social (2018) o Brasil possuía 117.207 adolescentes em cumprimento de LA e/ou PSC, que representavam 82% de todas as medidas socioeducativas aplicadas no país naquela época. Enquanto o cenário estadual aponta para 2.734 adolescentes em cumprimento dessas medidas nos CREAS, compondo 65% das medidas do estado, sendo que somente a PSC representava 40% das medidas aplicadas em Santa Catarina. Especificamente a amostra da pesquisa aponta para 53,3% dos adolescentes em cumprimento de LA e apenas 20% em cumprimento de PSC, o que não condiz com as porcentagens estaduais.

Porém, a Pesquisa Nacional apresenta um fator relevante a ser considerado de que os municípios grandes e as metrópoles têm mais casos de LA, levando em conta aqui que em termos populacionais os municípios onde a pesquisa ocorreu são considerados como de médio porte para a política pública, já para as dimensões das cidades do estado de Santa Catarina e a região em que estão localizados podem compor esse cenário. Como podemos observar no exemplo do município de São José, que fica localizado na região metropolitana da capital Florianópolis, onde todos os adolescentes entrevistados respondiam à LA.

Outra possibilidade que deve ser ressaltada é o efeito das adaptações ocorridas pela pandemia de Covid-19, em curso no momento da pesquisa, como supracitado, compreendendo que o cumprimento da PSC necessita de instituições parceiras que estavam naquele tempo em trabalho reduzido e/ou remoto e/ou apresentavam riscos à saúde dos adolescentes, portanto não podiam recebê-los para cumprimento da medida de forma adequada.

Assim como, dos 4 adolescentes entrevistados em Balneário Camboriú, 3 não sabiam responder qual era sua medida socioeducativa, o que pode ser uma consequência do desmonte das políticas de assistência social que se deu de forma mais intensa neste município. Porém não menos preocupante, pois o caráter sociopedagógico da medida implica na proteção de direitos e promoção da reflexão do adolescente frente à sua realidade, conforme descrito pelo SINASE. Uma vez que eles não têm conhecimento sobre o próprio cumprimento da MSE, a autonomia de tomadas de decisão durante o processo ficam prejudicadas e se afasta a possibilidade de uma real intervenção socioeducativa, que deve ser construída para além de ações estatais com caráter de tutela e punição desse adolescente.

Cabe ressaltar que a Pesquisa Nacional de Medidas Socioeducativas de 2018 foi o último levantamento oficial produzido por instâncias governamentais nacionais que regulam as políticas públicas de medidas socioeducativas, destacando uma preocupante lacuna temporal

no cuidado com os dados levantados pelo SINASE junto aos serviços ofertados nos municípios. Esta lacuna temporal apresenta correlação com o período histórico-político vivenciado no Brasil entre 2016 e 2022, que corresponde a uma série de desmontes das políticas públicas, representantes do projeto de país daquele tempo, no qual esta população foi assolada por uma intensificação de ações de uma política de gestão da morte (Gomes, 2021). Esse cenário também reflete a realidade do estado de Santa Catarina, em que o último relatório disponível é o Diagnóstico da Realidade Social da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina (CEDCA/SC), publicado no mesmo ano de 2018.

Ainda sobre o cenário nacional, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2023) aponta que cerca de 37 milhões de crianças e adolescentes viviam em situação de pobreza multidimensional em nosso país a partir de dados coletados em 2019, considerando a ressalva de indicativos que esse número seja ainda maior após a pandemia de Covid-19. Por pobreza multidimensional se entende o resultado da inter-relação entre privações, exclusões e diferentes vulnerabilidades a que estas pessoas estão expostas, sendo diferenciada do entendimento tradicional sobre pobreza monetária a partir da complexidade que compreende. Para essa análise são avaliados 8 indicadores divididos entre alimentação, renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação. Entre 2020 e 2022, os 3 primeiros indicadores tiveram piora expressiva, enquanto os demais não puderam ser atualizados devido a dificuldades na coleta de dados pelo IBGE durante a pandemia de Covid-19, conforme informa o relatório. O estudo realizado pela instituição reafirma as questões de raça e gênero como marcadores importantes no entendimento das desigualdades encontradas. Cabe reafirmar também os atravessamentos de práticas de criminalização da pobreza e da criminalização dos modos de vida como forma de opressão/controla que operam sobre o grupo de adolescentes deste estudo.

A interseccionalidade se inscreve aqui como proposta teórica necessária para o alcance da devida complexidade do debate em torno da pauta estudada. Para Crenshaw (2004), um dos principais desafios para interseccionalidade é o fato dela abordar as diferenças dentro das diferenças, não é uma simples divisão de categorias identitárias em grupos diferentes de pessoas, mas a sobreposição delas em uma mesma pessoa. Conceição Nogueira (2017) complementa esse debate inserindo que a própria identidade é interseccional, pois como se faz o gênero é indissociável da raça, da classe, da orientação sexual, e de outras características

identitárias. As autoras explicam ainda a interseccionalidade como produto de vários ingredientes presentes em uma receita, muito além da simples soma deles, sendo com isso uma teoria que considera a identidade como multiplicativa e não aditiva, bem como uma forma de nomear um compromisso ético-político que dá ênfase a matriz de opressão/privilégio.

É possível concluir que a identidade dos sujeitos que representam os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no país está muito bem demarcada na apresentação de inúmeros relatórios e estudos, como os descritos acima. Estes apenas confirmam a questão social relativa à infância e adolescência presente em todo o território nacional, em maior ou menor grau, já exaustivamente apresentada e problematizada neste e em outros trabalhos, nos quais se encontram crianças e adolescentes vivenciando reiteradas violações de direitos básicos. Sendo mortos e deixados morrer pela mão de um estado genocida e com aval de toda uma sociedade, outrora considerados adolescentes em conflito com a lei, mas que, como bem observado, a própria lei que opera em conflito com eles.

Há que se questionar então a quem serve a ausência de produção de dados relativos a tal população, uma vez que a construção de políticas públicas e seus cofinanciamentos dependem destes. Há que se questionar também a serviço do que ainda rege o silêncio diante do apagamento sistemático desses sujeitos.

6.2. Representações Sociais de Violências

As representações sociais de violências são objetos de estudo de inúmeras pesquisas no contexto brasileiro, dentre elas estão pesquisas que abordam o fenômeno para diferentes grupos como as pessoas em situação de rua, mulheres em situação de rua, pessoas em sofrimento psíquico, alunos de escola pública, egressos do sistema prisional e adolescentes (Assis et al., 2004; Giacomozzi et al., 2020; Giacomozzi et al., 2021; Santos & Rosenburg, 2014; Silva et al., 2020; Silva et al., 2022; Vitali et al., 2022). Também abordam o debate teórico do estudo de violências dentro da TRS (Porto, 2015) e encontram violências presentes como resultados de demais fenômenos estudados através das TRS (Giacomozzi et al., 2019).

Assim como destacam os resultados encontrados em alguns destes estudos (Assis et al., 2004; Cavalcanti et al., 2019; Santos & Rosenburg, 2014; Silva et al., 2020; Vitali et al., 2022), esta pesquisa também aponta resultados que destacam a violência física entre as principais formas de violência percebida nas RS. Além disso, os dados encontrados aqui sobre as

principais tipologias e concepções de violências corroboram com estudos sobre violências realizados com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas embasados em teorias da psicologia diferentes da TRS (Costa & Almeida, 2007; Medeiros & Paiva, 2021; Santos & Beiras, 2018).

A violência física trazida nas falas dos adolescentes entrevistados é também, portanto, um componente significativo das representações sociais sobre a violência para diferentes grupos em nosso país, como moradores de rua e pessoas com transtornos mentais (Silva et al., 2020; Vitali et al., 2022). Vitali et al. (2022) aponta que esse fator pode estar associado à história do Brasil, a partir de seu mito fundador de um povo não violento, conforme descrito por Chauí (2019), bem como a partir da reprodução de práticas de amnésia quanto às violências perpetradas pelo Estado, perpetuadas por séculos de colonização, debatidas por Safatle (2010). No entanto, também é possível observar nas falas sobre violências que os adolescentes identificam a violência enquanto fenômeno complexo, na mesma direção que aponta a literatura sobre o tema, como no debate realizado por Porto (2015) e Martín-Baró (2003), que compreendem este fenômeno com diversas formas de expressão em nossas vidas.

Nesse sentido, os resultados encontrados na presente pesquisa dialogam também com o que Medeiros e Paiva (2021) descrevem em seus resultados, quando abordam que os aspectos de violência institucional são materializados na violência física, na punição e na privação de direitos básicos. Os resultados dialogam ainda com Assis et al. (2004), que destacam a presença de maus tratos, violência psicológica, violência física e violência sexual, principalmente no âmbito comunitário, uma vez que as RS de violência desta pesquisa também denunciam esses tipos de violência, com maior enfoque nos contextos de violência no âmbito social.

Retomemos aqui o trecho em que o participante 13 discorre sobre uma conceituação de violência elaborada durante a entrevista, enquanto processo reflexivo que foi despertado a partir das perguntas da entrevista. Tal conceituação vai ao encontro do que Martín-Baró (2003) apresenta como significado atribuído oficialmente ao termo violência e sua diferenciação do termo agressão, em que violência seria um conceito mais amplo que compreende qualquer ato ao qual seja aplicada uma dose excessiva de força, já a agressão seria uma ação de forma violenta, em que se aplica intencionalmente a força contra alguém em busca de causar algum dano. O autor assume estas definições como ponto de partida para seu trabalho e discorre sobre como a psicologia contribui para a construção social de um valor positivo associado à agressão, vinculando esta à ideia darwiniana e das concepções psicanalíticas de agressividade enquanto

algo natural e necessário para a sobrevivência da espécie humana. Além disso, o autor problematiza o que é nomeado enquanto violência por esta mesma sociedade, a qual considera violência apenas o ato contrário e prejudicial ao regime estabelecido. Para tanto, Martín-Baró (2003) questiona a individualização nos estudos sobre violência e aponta a necessidade de aprofundamento da análise psicológica a partir da compreensão dos efeitos do próprio regime capitalista e de suas violências.

A fim de aprofundar a compreensão dos resultados encontrados quanto ao fenômeno da violência nesse estudo foi utilizada a Teoria de Atribuição de Causalidade, que tem sua origem no trabalho de Heider (1958) e é refinada por autores como Weiner (2005). Esta teoria se embasa na proposição de que as pessoas explicam os acontecimentos através de causas internas (do indivíduo) ou externas (do ambiente social), sendo que um mesmo problema pode ser percebido como fruto de causas diferentes de acordo com as atribuições causais. Assim as pessoas realizam inferências e explicações do porquê das coisas a partir de percepções subjetivas, que não necessariamente refletem a realidade dos fatos, sendo que essas atribuições causais influenciam sobre as reações afetivas e comportamentais (Tróccoli, 2011).

A partir dessa leitura teórica e do debate ilustrado por Martín-Baró, as compreensões de causas da violência para os adolescentes entrevistados foram categorizadas e analisadas. Entre as categorias se destacaram atribuições de causalidade relacionadas à drogas/facção, estereótipos, questões relacionadas ao sistema, o entendimento de que a agressividade seria a causa primária da violência e por último a presença de transtornos mentais.

Pode-se observar nas entrevistas desde falas com explicações de cunho mais individualizantes até falas que compreendem aspectos sociais significativos. Cabe ressaltar que, quanto às diferentes atribuições de causalidade, Silva et al. (2020) verificou em sua pesquisa que os participantes tiveram a tendência a realizar uma atribuição interna quando a violência era cometida pelos outros e atribuição externa quando a violência era cometida por si. Esses diferentes aspectos podem ser ilustrados através das falas apresentadas nas descrições das referidas microcategorias durante a descrição da seção "*Resultados*", em que a fala do participante 6 demonstra um exemplo de atribuição de causalidade interna na microcategoria **Transtorno Mentais**, enquanto a fala do adolescente 13 apresenta um exemplo de atribuição de causalidade externa na microcategoria **Sistema**.

As explicações apresentadas pelo participante 13, sobre a atribuição de causalidade da violência estar associada ao sistema, ganham lugar de destaque por contemplar diversos

aspectos significativos para a compreensão das violências. Esses aspectos denunciam as desigualdades sociais, a violação de direitos básicos, a corrupção e o sentimento de abandono vivenciado por esta população. É possível observar em sua fala as dimensões da violência estrutural, como a pobreza e a fome, que em movimento espiral compõem as violências institucionais, como a corrupção e a política de governo genocida em vigência no período da entrevista, as quais atravessam os sujeitos e seus afetos, por fim representadas pelo ato da violência interpessoal. Quando Martin-Baró (2003) apresenta essa espiral da violência, aborda também efeitos emocionais dessas violências do próprio sistema capitalista, destacando sentimentos como raiva e frustração.

O autor sugere ainda que para a análise dos atos violentos seja realizada uma espécie de equação e que, para isso, sejam considerados os fatores históricos e sociais que circundam o ato violento, a fim de compreender a devida complexidade do fenômeno. Dentre esses fatores, destaca-se a importância de explorar a existência de frustrações na base de certas formas de violência, como aquelas com caráter de reivindicação social, que demonstram consciência sobre alguma privação ou violação dos direitos mais fundamentais. Com isso, a impossibilidade recorrente de alcançar por meios pacíficos a satisfação de suas necessidades mais básicas e das necessidades de sua família pode despertar maneiras mais radicais de enfrentamento da situação, através da violência pessoal à serviço do regime vigente ou contra ele (Martin-Baró, 2003).

O participante 13 denuncia também em sua fala as violências estruturais próprias do sistema capitalista e suas consequências na vida dos sujeitos aqui entrevistados, sobre as quais os apontamentos teóricos chamam atenção. Martín-Baró reafirma que "el problema de la violencia generalizada que actualmente se vive no es primero ni fundamentalmente un problema psicológico, sino un problema económico, político y social. Sin embargo y por ello mismo, es también un problema psicológico" (p. 181, 2003). Tais reflexões possibilitam compreender a dimensão da microcategoria **Drogas/facção**, uma vez que as atribuições de causalidades internas foram mais associadas aos relatos de violência praticados por usuários de drogas, enquanto as atribuições de causalidades externas foram relacionados à participação no tráfico e a vivência dentro de facções.

Quanto à microcategoria **Estereótipos**, cabe ressaltar que estereótipos são definidos como uma crença compartilhada sobre determinado grupo de pessoas a partir de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico. Como toda crença, os estereótipos também

influenciam comportamentos e atitudes nas interações sociais, porém quando associados a sentimentos de rejeição constituem os preconceitos sociais (Krüger, 2004). Para Krüger (2004):

“o efeito imediato de preconceitos sociais é a discriminação que, essencialmente, é um tratamento injusto, quer dizer, uma forma de relacionamento, avaliação e atendimento comparativamente desigual e desfavorável, proporcionado a uma coletividade humana ou individualmente a pessoas que a integram, precisamente porque são alvo de preconceitos sociais” (p. 38).

Tal tratamento desigual direcionado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas aparece com diferentes contornos durante as entrevistas realizadas, denunciando práticas racistas, xenofóbicas e capacitistas. Bem como compõe o cenário brasileiro de práticas de repressão e controle pautadas nos estereótipos da delinquência juvenil, conforme bem observado nos trechos destacados das falas dos participantes 3, 7 e 13 na descrição de resultados dessa microcategoria.

É importante a compreensão de que mesmo antes ou após o cumprimento da medida socioeducativa essa lógica estigmatizante pode perseguir esses jovens, já que esta experiência não está restrita apenas ao espaço socioeducativo, sendo reconhecida como uma forma de manutenção de relações de opressão/controlado (Medeiros & Paiva, 2021; Zappe et al., 2011). Essa percepção também cabe em relação às RS, uma vez que se compreende que elas estão diretamente associadas às relações de poder e são subjetivadas no contexto daqueles que as produzem (Negura et al., 2019).

A partir das perguntas realizadas sobre a violência, alguns adolescentes propuseram resoluções para a questão da violência na sociedade que destacam a necessidade de empatia e/ou respeito, a disseminação de informação e conhecimento em torno do assunto, o acesso à direitos, o punitivismo penal e o aumento de vigilância. No que se refere à empatia e/ou respeito, falas como a do participante 4 (vide descrição dos resultados dessa microcategoria) ilustram um diálogo frequente entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com a equipe técnica dos serviços, cujas trocas cotidianas trazem reiterados pedidos por mais respeito. Diálogos que descrevem como mesmo um olhar é capaz de demonstrar a presença desse sentimento.

Vale ressaltar que essa fala tem relação próxima com a vivência destes adolescentes acerca da violência que sofrem por conta dos estereótipos relacionados com a marca da "delinquência" que acompanha essa adolescência. Apesar de algumas falas dessa microcategoria trazerem sugestões de resolução da questão da violência enquanto ações na ordem individual, como o trecho destacado do participante 9, é preciso avaliar como as reivindicações presentes representam uma dor compartilhada que reflete o contexto social em que estão imersos estes adolescentes, pois uma grande parte da sociedade não consegue se colocar no lugar desses sujeitos e nem desenvolve empatia por eles.

Quanto à disseminação de informação sobre a violência, falas sobre diálogo com pessoas de referência, a orientação da equipe técnica do serviço de MSE e palestras nas escolas sobre violência se destacaram, reforçando a educação enquanto fator protetivo dentro do processo socioeducativo. Esse fator protetivo da educação aparece em revisões de literatura sobre o tema das medidas socioeducativas, como os trabalhos de Maesima e Gomes (2022) e Presotto et al. (2022). Nesse sentido, as falas dos adolescentes entrevistados reforçam a construção teórica acerca do fenômeno e as orientações técnicas das abordagens dos serviços de medidas socioeducativas, com enfoque em práticas pedagógicas e não punitivas.

Na mesma direção está a garantia de acesso à direitos, que também consta na literatura como fator protetivo e como orientação para o trabalho técnico das equipes do CREAS. O acesso aos direitos aparece como resolução das violências na fala dos adolescentes quando estes apontam os desafios de acesso ao mercado de trabalho enquanto alternativa aos atos infracionais praticados para suprir necessidades básicas, além da relevância da garantia de acesso ao estudo e à proteção na defesa de seus direitos, como quando adentram no regime fechado e durante a abordagem policial.

O punitivismo penal apareceu associado principalmente à violência contra a mulher, enquanto o aumento da vigilância foi associado à violência policial, com propostas como o monitoramento da polícia através da utilização de câmeras nos uniformes policiais. Em São Paulo, o Programa Olho Vivo na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) incorporou as câmeras operacionais portáteis (COP) em 62 batalhões do estado durante os anos de 2020 e 2022 e apresentou resultados positivos, uma vez que os batalhões que incorporaram o uso das câmeras tiveram redução de 76,2% na letalidade dos policiais militares em serviço e o número de adolescentes mortos em intervenções policiais caiu 66,7% nesse período. Martin-Baró

(2003) complementa esse debate apontando que um dos maiores problemas da violência institucional na América Latina é a impunidade.

6.3. Experiências de Violências e a Construção das Representações Sociais

Jodelet (2017) apresenta uma noção de experiência desenvolvida inicialmente pelas teorias fenomenológicas, cujo sentido se refere à consciência que o sujeito tem do mundo em que vive. Para a autora, a experiência se diferencia da percepção por não ter caráter transitório, supor uma ligação entre os elementos fornecidos pelos sentidos e enriquecer/ampliar a relação do sujeito com o mundo. A experiência contempla a dimensão vivida e a dimensão cognitiva, sendo que a primeira corresponde ao estado sentido pela pessoa, que é invadida pela emoção e toma consciência sobre sua própria identidade, enquanto a segunda dá forma e conteúdo à experiência através da correspondência com pré-construções culturais e saberes partilhados. Assim, a experiência para Jodelet é social e socialmente construída, além de estabelecer diálogo com as representações sociais, pois ao passo que organizam o conhecimento do sujeito sobre o mundo também são organizadas por esse conhecimento.

Aqui há lugar para as representações sociais como fundamento (cf. o processo de ancoragem, por exemplo, no paradigma de Moscovici) das interpretações feitas do mundo vivido no aqui e agora da experiência da vida cotidiana (Jodelet, 2017, p. 442).

Nesse sentido, as experiências de violência relatadas pelos participantes desta pesquisa foram categorizadas a partir do conceito de ancoragem e entendidas como parte essencial da compreensão sobre as representações sociais encontradas. Jodelet (2017) destaca ainda que o sentido da experiência pode ser compartilhado por grupos ou movimentos sociais, uma vez que um conjunto de situações os afeta de maneira homogênea, no plano emocional e identitário, como se fosse um destino comum imposto pelas condições de vida. Entre o grupo pesquisado se observou que a principal experiência compartilhada foi a da violência policial, conforme demonstrado na Tabela 3 e ilustrado nas falas dos participantes 3 e 4.

Ainda nessa perspectiva, as experiências de terceiros também aparecem atreladas à violência policial (Tabela 3). A experiência vivida, mesmo que por outra pessoa dentro dos grupos de pertença, está atrelada aos processos de ancoragem e de objetificação de RS,

justamente por esse aspecto identitário que a compõem (Jodelet, 2017). Tal processo de identificação com o grupo se destaca no trecho da entrevista com o participante 13 sobre experiências de violências com terceiros.

Os relatos das experiências vividas trazidos ao longo deste estudo corroboram com a pesquisa de Medeiros e Paiva (2021), na qual também aparecem as narrativas de adolescentes sobre vivências de violência atreladas à polícia, bem como a violência física e a privação de direitos básicos. Esse movimento contínuo de experiências de violência pode inclusive contribuir para a manutenção de uma lógica de reincidência, já que os jovens podem assimilá-las como justificativas ou incentivos para a permanência em um ciclo de violência (Oliveira & Miranda, 2019).

Nesse contexto, há que se considerar também os dados apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) sobre quem mais mata e quem mais morre em tal ciclo de violência. Esses dados, além de apontar que jovens negros são a população mais assassinada pela polícia, também demonstram que negros são a maior parcela de policiais assassinados, pois representam 67,3% destes. Ou seja, precisamos refletir sobre a formação histórica das instituições de segurança em nosso país, a quem elas servem e em quais valores se pautam, ao mesmo tempo em que se faz necessário discutir o quanto a juventude negra também corresponde a maior parcela de pessoas assassinadas dentro dessas instituições.

Sodré (2023) ilustra muito bem essa questão histórica quando aponta que a formação da polícia deriva de uma guarda palaciana do império que apenas foi convertida em guarda constitucional, preservando assim valores institucionais arraigados na proteção de uma elite escravocata, que antes da queda do império e da abolição da escravatura eram os que legitimavam a tortura contra pessoas escravizadas. Como destacado pelo autor, a independência em nosso país correu sem derramamento de sangue, por uma decisão da própria coroa, "deixando inalterada a composição colonial das elites dirigentes e o espírito escravista. Advinda a República, o Estado configura uma casa-grande sem senzala visível" (p. 40).

Cruz et al. (2017) também sinalizam que as técnicas de tortura apenas se atualizaram com a troca dos açoites por choques, do pau de arara por asfixiamento com sacos plásticos, quando a política criminal tem papel protagonista como parte estruturante da lei e da ordem, através do intenso aparato repressivo e da militarização da questão social, com a justificativa da segurança para o abuso da suspensão de direitos individuais na construção de um permanente Estado de Exceção. As autoras ainda destacam que essa leitura é essencial para a compreensão

dos conflitos de classe e raça no Brasil. Destaco também a importância dessa leitura para a compreensão das violências que atravessam os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Bicalho et al. (2012) consideram em seu estudo que um aspecto importante dentro das atuações executadas em segurança pública são as expedições irregulares e inconstitucionais de "mandados de busca coletivos", expedidos para regiões periféricas e marginalizadas a fim de dar poder para a polícia adentrar em casas e lares a qualquer tempo e interrogar todas as pessoas ali presentes mesmo que não sejam consideradas suspeitas, apenas por estarem situadas em uma área considerada perigosa. Também é pontuada pelos autores a consideração da lógica higienista de teorias criminológicas que entendem que o meio social produz criminosos em potencial e assim criminalizam a pobreza de forma oficial/judicializada. Nesse sentido, quatro participantes desta pesquisa relataram experiências próprias e de terceiros relacionadas às invasões da polícia em suas casas ou na casa de seus conhecidos.

Bicalho et al. (2012) ainda discorrem sobre como o direito constitucional de qualquer cidadão de ter sua inocência presumida até que se prove o contrário é violentamente negado nesses casos, compreendendo que os valores que regem essas ações se sustentam na questão de que esses sujeitos nem são considerados cidadãos de direito e, por essa razão, não são tratados como tal. Assim, o destaque sobre a violência policial nos achados deste trabalho também compactua com as teorias de Martín-Baró (2003) ilustradas anteriormente, em que o autor destaca a violência institucional como um uso excessivo de forças legalizadas, que fazem a manutenção das violências estruturais, a fim de manter a ordem estabelecida, e agem para que os sujeitos atuem contra sua própria vontade. O autor ainda conclui que a definição social da violência é a de uma arma poderosa utilizada pela classe dominante no emprego de seu poder, cujo caráter da violência não é determinado tanto pela formalidade do ato quanto pelo seu produto. Na realidade brasileira, tal produto pode ser melhor compreendido a partir da fala do participante 13 sobre a experiência da violência retratar uma verdadeira aula de história, bem como a partir do debate que lhe segue.

No referido trecho, o participante 13 ilustra de forma contundente como a vivência nesses espaços periféricos foi transformada em uma guerra, também debatida e descrita por diversos autores no campo teórico. Como é possível encontrar em Cruz et al. (2017), que denunciam como a lógica de militarização da questão social travou uma verdadeira guerra contra a população pobre e alimentou um acirramento da luta de classes em nosso país. A lei

antiterror e a guerra às drogas ganharam contornos de legitimação através das teorias de uma concepção moderna de Estado, cujas práticas autoritárias são tidas enquanto defensoras da democracia. Porém, cabe refletir sobre as contradições desse entendimento de democracia, uma vez que esta autoriza que direitos básicos sejam insistentemente violados com o objetivo final de proteger o sistema econômico capitalista. Assim, em nome de uma suposta necessidade de segurança, para proteção da propriedade privada, autoriza-se o massacre multissecular da população pobre, negra e periférica.

As autoras apresentam ainda o conceito de Estado-Centauro de Wacquant (2001), que seria guiado por uma cabeça (neo)liberal e um corpo autoritário, cuja doutrina vigente seria de não intervenção quanto a quem constrói as desigualdades sociais, mas se faz brutalmente autoritário e punitivo com quem sofre dessas consequências no cotidiano. Para isso, se dá a violência através do uso da força a fim de controle e manutenção da lógica vigente, operada principalmente pela atuação das Polícias Militares, treinadas não para a proteção e garantia de direitos, mas sim para uma lógica de guerra declarada contra a criminalizada pobreza, os movimentos sociais e as questões de saúde, como o consumo de drogas, transformando as ruas em campos de batalha (Cruz et al., 2017). Não surpreendentemente, entre os resultados encontrados nesta pesquisa sobre esse ponto ganham destaques os processos de objetificação vinculados à figura do policial, ao encarceramento, às drogas e às armas.

Outro ambiente que se destacou entre os relatos das experiências vividas por estes adolescentes foi no âmbito familiar (Tabela 3), em que a principal violência relatada foi a privação de direitos básicos, seguida da violência física. A privação de direitos básicos, denunciada também nos capítulos anteriores, representa não só a realidade desses jovens, mas também de suas famílias, com contornos que delimitam a expressão de vivências de determinada classe social na sociedade brasileira, uma vez que é no ambiente familiar que se inscreve grande parte das dificuldades financeiras e materiais. Já entre as violências físicas relatadas, se encontram a violência contra a mulher, a violência por consequência do abuso de substâncias como o álcool e outras drogas e em menor frequência se apresentavam as compreensões de práticas disciplinares através da violência aplicada pelos responsáveis/cuidadores.

Entretanto, ainda que as experiências de violência no âmbito familiar ganhem destaque, Santana (2019) aponta para a necessidade de cuidado com os riscos de reprodução da antiga lógica da doutrina da situação irregular, pois a culpabilização da suposta família

"desestruturada" pela conduta de ato infracional ainda se faz presente nas práticas atuais, mesmo que essa doutrina esteja teoricamente superada, desde a regulamentação do ECA. Cardoso et al. (2016) descrevem sobre o contexto familiar de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, em como estas experimentam padrões de desproteção familiar, uma vez que buscam sobreviver com os recursos disponíveis e, por vezes, não encontram possibilidades de mudança em sua forma de funcionamento devido a precariedade desses recursos. Os autores discorrem ainda sobre a reprodução de violências estruturais nas relações transgeracionais, que interferem na qualidade dos vínculos, na comunicação estabelecida e na autonomia da relação com os filhos, entendendo que assim como essa situação pode implicar em riscos para o uso de drogas e a prática do ato infracional, na mesma proporção o cuidado com as famílias e o aumento de recursos disponibilizados à elas implicam em uma lógica de proteção e rompimento com o padrão de marginalização, de culpabilização e de exclusão social.

Revisões como as de Presotto et al. (2022) e Maesima e Gomes (2022) ressaltam que a família constitui um espaço significativo entre os fatores protetivos de prevenção à prática e reincidência ao ato infracional. Santana (2019), também considera a família como espaço protetivo, mas aponta a contradição entre a mãe ser culpabilizada e, ao mesmo tempo, considerada como fator de proteção dentro da lógica de privatização da responsabilidade sobre a violência.

Lélia Gonzales (1984) aprofunda esse debate quando expõe os atravessamentos presentes na vida das mulheres negras de periferia em nosso país, uma vez que são elas que sustentam a base da prestação de serviços, através do cuidado das casas de famílias brancas de classes mais altas, e ainda sustentam as necessidades de sua própria família praticamente sozinhas, enquanto seus companheiros, irmãos e filhos são objetos da perseguição policial sistemática e do encarceramento. A autora chama atenção para o fato de que é justamente aquela mulher negra anônima quem sofre mais tragicamente os efeitos da culpabilidade branca. Esse atravessamento fica evidente quando se trata do contexto de medidas socioeducativas discorrido até aqui e da importância do cuidado em não reproduzir a responsabilização individual dos consequentes efeitos da desigualdade econômica e da herança escravagista, nomeando assim corretamente os verdadeiros responsáveis pelas privações de direitos básicos, que são rotinas na vida dessas famílias, frutos das reiteradas violências estruturais.

Entre os resultados dessa pesquisa, os relatos de violência física no âmbito familiar foram associados aos relatos de violência contra mulher e/ou ao uso abusivo de álcool e outras

drogas (AD). O processo de objetificação que se destaca neste recorte da pesquisa também está vinculado à mulher e às drogas.

Referente à ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil, uma revisão integrativa de Soares et al. (2021) reafirma através dos 42 artigos encontrados que AD são fatores de risco para o aumento da ocorrência e do agravamento na prática da violência intrafamiliar. Assim como afirmam que a própria violência intrafamiliar é também fator de risco para o uso e abuso de AD, o que poderia incorrer em um ciclo que se retroalimenta. Os autores também destacam que a violência intrafamiliar é multicausal, sendo ela um fenômeno complexo, mas que partilha consequências dos efeitos do uso de AD. Dentre as populações que se destacam nos estudos encontrados estavam as crianças e adolescentes, bem como as mulheres.

Sobre a violência contra mulher, cabe ressaltar ainda e novamente que entre as 5 mulheres entrevistadas na pesquisa, 4 relataram já ter sofrido algum tipo de violência sexual. A revisão de literatura de Maesima e Gomes (2022) aponta estudos que denunciam dados alarmantes quanto à violência sexual estar presente na vida de grande parte das meninas em cumprimento de medidas socioeducativas, antes mesmo da entrada no contexto de MSE, além de observar que elas sofrem mais violências intrafamiliar e extrafamiliar do que adolescentes do gênero masculino.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum de Segurança Pública, 2019) também aponta o aumento da violência contra a mulher, demonstrando 1 registro de violência doméstica a cada 2 minutos e 180 estupros por dia, sendo que esses números incluem a estatística de 4 meninas de até 13 anos estupradas por hora, além do número de feminicídio que cresceu em 11,3% naquele ano, dos quais em 88,8% o autor foi companheiro ou ex-companheiro da vítima. Em todas as categorias apresentadas no relatório, as mulheres negras são mais atingidas pelas violências citadas. Esses dados também são um retrato da historicidade de nosso país e demonstram em números o que Rita Segato (2014), Conceição Nogueira (2017) e Lélia Gonzales (1984), dentre outras autoras feministas, apontam em relação ao papel fundamental da violência de gênero no processo de colonização.

Rita Segato (2014) discorre sobre a dominação dos corpos das mulheres enquanto parte das práticas e táticas de guerra, em que o estupro de mulheres dos territórios dominados simboliza mais um território a ser ocupado, um corpo-território. A antropóloga argentina aponta ainda que aquilo que parecia um efeito colateral nas antigas formas de guerra passou a ter

centralidade nos modos de luta das novas guerras, cujos embates não ocorrem mais entre Estados, mas entre diferentes grupos ideológicos e identitários que, fundamentados na globalização e/ou na transnacionalização favorecida pelos avanços tecnológicos, se pautam em uma dualidade estatal e para-estatal que complexifica cada vez mais a rede estabelecida entre milícia, facções e política na América Latina. Não havendo legislação ou linguajar jurídico sobre essas novas formas de guerra, tais crimes permanecem impunes e as violências cometidas contra as mulheres não são estudadas nas magnitudes devidas dentro desses campos de batalhas. Segato (2014) também nos lembra que “la violación, toda violación, no es una anomalia de um sujeto solitario, es un mensaje de poder y apropiación pronunciado em sociedad” (p. 360).

No que tange os relatos de experiências no âmbito social, os participantes relataram situações de brigas em festas, na escola e em espaços comunitários, principalmente na praia ou no trânsito. Dentre essas experiências se destacou o *bullying* praticado entre colegas dentro da escola, os quais acarretaram violência física entre os/as adolescentes e posterior cumprimento da MSE, bem como a fala do participante 9 apresentada no Quadro 1, sobre uma experiência de violência vivenciada com uma professora que acabou acarretando o cumprimento de MSE pelo adolescente.

Nesse sentido, a revisão narrativa de Maesima e Gomes (2022) levantou estudos em que a educação ganhou destaque como mais um espaço de exclusão na vida desses jovens, onde estereótipos em torno deles são reforçados. As autoras destacam que a precarização do trabalho de professores, com baixos salários e ausência de capacitações sobre a temática, além do "fracasso da educação" enquanto política pública, são fatores importantes para que a análise dessa problemática não seja reduzida à responsabilização de indivíduos, mas sim entendida como demanda coletiva. Em contraponto, a pesquisa das autoras também aponta para a educação como fator protetivo ao cometimento do ato infracional e sua reincidência, o que também aparece na revisão integrativa sobre compreensões em torno da MSE realizada por Presotto et al. (2022). Em ambas foram indicadas a necessidade de capacitação dos profissionais que atendem adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em diversos setores de diferentes políticas públicas, bem como o reconhecimento e valorização dos trabalhos realizados por estes, uma vez que a educação enquanto direito básico é dever da sociedade e do Estado e fator protetivo significativo na vida desses jovens (Maesima & Gomes, 2022; Presotto et al., 2022).

Por fim, os resultados descritos nesse estudo também condizem com os achados da pesquisa de Assis et al. (2004), que destacam a presença de maus tratos, violência psicológica, violência física e violência sexual nas experiências de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Para os autores, essas experiências do universo relacional estão associadas à representação social que o indivíduo tem de si próprio na adolescência.

Como destaca Jodelet (2017), quando pensamos nas experiências vividas, é importante considerar os contextos nos quais estas ocorrem. Para tanto, Martikainen e Sakki (2023) ampliam o debate quando trazem a leitura de corpo de Merleau-Ponty para o diálogo com a TRS. Os autores apresentam que, assim como os filósofos da fenomenologia propõem partir do rompimento com a lógica cartesiana de divisão entre mente-corpo para emergir a compreensão do corpo como um local de conhecimento, a abordagem das TRS também questiona a divisão entre sujeito e objeto, enfatizando a construção dialógica do conhecimento humano. Com isso, as próprias RS não são compreendidas como processos cognitivos individualizados, mas como produtos da ação e interação nos encontros da vida cotidiana em determinado contexto social, histórico e material.

Os autores destacam ainda que os corpos estão impregnados de significados sociais e que, portanto, as RS também são corporificadas, uma vez que se situam no espaço entre indivíduo e sociedade, cujas relações não acontecem apenas de forma mental, mas também através de experiências sensoriais/corporais. É nesse sentido que as representações sociais incorporadas são consideradas entrelaçamentos de substratos corporais e mentais na construção de sentidos (Martikainen & Sakki, 2023). Portanto, uma vez que a experiência de violências vivenciada por adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas foi relatada com maior frequência vinculada à forma física, é possível compreender a relação das RS encontradas vinculadas com a violência física para esse grupo estudado.

As experiências assumem seu papel importante na construção das RS por também estarem relacionadas à objetificação, em que a naturalização representacional de um objeto se dá por meio da validação experiencial. Bem como no processo de ancoragem, em que as experiências sensoriais servem como conteúdo já conhecido, embasando a classificação de novos fenômenos sociais. As experiências sensoriomotoras vividas repetidas vezes e as experiências corporais comuns aos mesmos ambientes culturais e materiais são armazenadas em memórias que fundamentam a compreensão de determinado fenômeno social, resultando

em representações sociais construídas a partir da interligação de experiências mentais e corporais, individuais e de outras pessoas (Jodelet, 2017; Martikainen & Sakki, 2023).

Martikainen e Sakki (2023) observaram esses aspectos em seu estudo quando convidaram os entrevistados da pesquisa a refletir sobre os significados de determinado fenômeno por meio de imagens e estes evocaram memórias e experiências sensoriais compartilhadas. Assim como os adolescentes entrevistados nesta pesquisa, que quando perguntados sobre o fenômeno da violência evocaram ao longo de suas falas uma série de experiências individuais e de terceiros, que encontram respaldo no compartilhamento de significados pelo grupo. Com isso, a própria literatura aponta para tais vivências brutais de violências na vida desses adolescentes e as RS encontradas no recorte da pesquisa dialogam intimamente com as experiências compartilhadas, sendo compreendidas aqui através dos processos de ancoragem e objetificação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar a pluralidade das violências com a pluralidade dos contextos e sujeitos envolvidos neles, através da TRS, se apresenta como um rico caminho de pesquisa, que já vem sendo trilhado em diversos lugares do país. Foi com o objetivo de agregar a esse campo do conhecimento, que essa pesquisa se debruçou na busca por compreender as representações sociais de violências para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.

Os resultados encontrados responderam aos objetivos propostos, sendo que quanto às representações sociais de violências para esse grupo se destacam a violência física e a violação de direitos básicos, enquanto as experiências de violências vividas demonstram a presença ostensiva da violência policial contra esta população, também com destaque sobre a violência física e violação de direitos básicos. As experiências foram compreendidas como ancoragem das representações sociais encontradas e denunciaram a estreita relação entre a experiência do/no corpo com a construção das representações sociais, principalmente no que tange à violência física. Assim como, dentre as objetificações encontradas, tiveram destaque as drogas e a figura do policial.

Para a discussão dos dados foi essencial compreender o contexto das medidas socioeducativas no Brasil, desde seu processo histórico e as questões sociais envolvidas. Nesse sentido, coube ressaltar ao longo do texto os séculos de história que sustentam estereótipos em torno da delinquência, cujas práticas de opressão, criminalização da pobreza e extermínio da juventude negra em nosso país se atualizam em nome de uma suposta busca por segurança pública e guerra contra as drogas.

Portanto, ainda que extensa, mas não esgotada em sua ampla possibilidade, a análise dos dados coletados nos permite sempre retornar à base da questão histórica e social em torno do grupo de adolescentes estudados. Além disso, vasta é a literatura que fundamenta o questionamento em torno da responsabilidade do Estado sobre o adolescente outrora nomeado em conflito com a lei e do quanto não está a própria lei em conflito com o adolescente, uma vez que seus direitos mais fundamentais são reiteradamente violados desde antes de seu nascimento (Jimenez & Frasseto, 2015; Maesima & Gomes, 2022; Presotto et al., 2022). Se Estado e sociedade, que são convocados pelo ECA enquanto responsáveis por todas as crianças e adolescentes, não promovem condições mínimas para o pleno desenvolvimento desses sujeitos

e não são responsabilizados por tamanho abandono; culpabilizar o adolescente enquanto indivíduo em busca de um responsável pela violência tão pouco se faz uma prática coerente e sustentável para a construção de uma sociedade justa. Nesse sentido, autores como Bicalho (2005) afirmam que democracia não é apenas o direito ao voto, mas também é a aposta de que não existem classes perigosas, afinal em uma sociedade que se pretende democrática não se pode encontrar barreiras que criminalizem certos corpos e modos de vida. É fundamental que haja a garantia da livre expressão de subjetividades e se faz indiscutível que a segurança seja garantida para todos os corpos.

Cabe ressaltar que este trabalho não teve a pretensão de esgotar os debates relevantes em torno da temática e tampouco esgotou as possibilidades de discussão dos dados levantados, por isso, foram selecionados pontos específicos para a discussão que se fizeram pertinentes na construção de respostas aos objetivos da pesquisa. Ressalta-se que este debate pode ser ampliado em novas publicações referentes a esta pesquisa e na produção de novas pesquisas sobre o tema. O que observamos é que a cada novo recorte de pesquisa sobre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa se confirma a história compartilhada e se ressalta a questão social envolvida, que apesar de ainda figurar no plano de fundo no campo de debate no senso comum, já figura como protagonista entre estudos no universo reificado.

Por fim, "pra que amanhã não seja só um ontem como um novo nome", como disse Emicida, se faz necessário (re)conhecer nossa história enquanto país, nomear as violências que nos formam e compreender a relação dialética entre o ontem e o hoje, a fim de operar as devidas rupturas no presente (Cruz et al., 2017) e construir um futuro potente enquanto uma verdadeira nação democrática para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- Aberastury, A., & Knobel, M. (2003). *Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico*. Artmed.
- Aguiar, W. M. J., & Ozella, S. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 97-125.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Polén Livros.
- Aries, P. (1986). *Historia social da criança e da família* (2nd ed.). Guanabara.
- Asquidamini, F., Barbiani, R., & Sugizaki, E. (2015). Adolescentes em medida socioeducativa: Violência ou violação de direitos? Revisão de literatura. *Revista Subjetividades*, 15(1), 113-123. <https://doi.org/10.5020/23590777.15.1.113-123>
- Assis, S. G., Avanci, J. Q., Santos, N. C., Malaquias, J. V., & Oliveira, R. V. C. (2004). Violência e representação social na adolescência no Brasil. *Revista Panam Salud Publica*, 16(1), 43-51.
- Assini-Meytin, L.C., Giacomozzi, A.I., Priolo Filho, S.R., Lorandi, J. M., Laurinaitytė, I. (2023) Adverse Childhood Experiences in Brazilian College Students: Examining Associations with Suicidal Ideation and Risky Behaviors. *Journ Child & Adolescent Trauma*. <https://doi.org/10.1007/s40653-023-00572-8>
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (4th ed.). Edições 70.
- Bicalho, P. P. G., Kastrup, V., & Reishoffer, J. C. (2012). Psicologia e segurança pública: Invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), 56-65. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000100007>
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: A adolescência em questão. *Cadernos Cedes*, 24(62), 26-43.
- Brasil. (1990). *Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Brasil. (1993). *Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm
- Brasil. (2011). *Lei n° 12.435, de 6 de julho de 2011*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm
- Brasil. (2012). *Lei n° 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm

- Brondani, R. P., & Arpini, D. M. (2019). Violência e transgeracionalidade: Relações familiares de jovens que cumprem medidas socioeducativas. *Pensando famílias*, 23(2), 256-270.
- Camargo, B. V., & Bousfield, A. B. (2014). Teoria das representações sociais: uma concepção contextualizada de comunicação. In A. M. O. Almeida, M. F. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 574-605). Technopolitk.
- Camargo, B. V., Schlösser, A., & Giacomozzi, A. I. (2018). Aspectos epistemológicos do paradigma das representações sociais. In E. D. Medeiros, M. P. L. Coutinho, L. F. Araújo, & L. Araújo (Eds.), *Representações sociais e práticas psicossociais* (pp. 47-59). CRV.
- Cardoso, A. M. R., Dytz, J. L. G., & Lima, M. d. G. (2016). Contexto familiar de adolescentes em medida socioeducativa: Fortalecimento do potencial protetivo. *Com. Ciências Saúde*, 27(4), 279-290.
- Castro, P. (2002). Notas para uma leitura da teoria das representações sociais em S. Moscovici. *Análise Social*, 37(164), 949-979.
- Cavalcanti, J. G., Coutinho, M. D. P. L., Araújo, L. S., Pinto, A. V. L., Do Bu, E. A., & Silva, K. C. (n.d.). Bullying no contexto da adolescência: um estudo das representações sociais. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(2), 96-114.
- Chauí, M. (2019). O que é democracia? In M. L. Lopedote, D. S. Mayorca, D. Negreiros, M. A. Gomes, & T. Tancredi (Eds.), *Corpos que sofrem: Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (pp. 82-101). Elefante.
- Clémence, A., Green, E. G. T., & Courvoisier, N. (2011). Comunicação e ancoragem: A difusão e a transformação das representações. In A. M. O. Almeida, M. F. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 238-259). Technopolitk.
- Coelho, B. I., & Rosa, E. M. (2013). Ato infracional e medida socioeducativa: Representações de adolescentes em L.A. *Psicologia Social*, 25(1), 163-173.
- Coimbra, C., & Nascimento, M. L. (2008). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? In *Direitos Humanos não tem idade*. CEDECA/São Martinho.
- Colaço, V. F. R., Cavalcante, A. L. L., & Cavalcante, A. J. L. (2020). Entre o existir e o resistir: Violência contra jovens e seu enfrentamento. In *Políticas de vulnerabilização*

social e seus efeitos: Estudos do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (pp. 154-174). Imprensa Universitária.

- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina. (2018). *Diagnóstico da realidade social da criança e do adolescente* (Vol. 03). Painel Pesquisas e Consultoria.
<https://www.sas.sc.gov.br/index.php/conselhos/cedca/diagnostico-da-realidade-social-da-crianca-e-do-adolescente-do-estado-de-santa-catarina/3447-caderno-3-direito-a-liberdade-ao-respeito-e-a-dignidade/file>
- Conselho Nacional de Saúde. (2012). *Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012*.
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*.
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. (1996). *Resolução nº 46, de 29 de outubro de 1996*.
<https://www.dease.sc.gov.br/documentos/leis-federais/218--95/file>
- Costa, C. B., & Almeida, E. O. C. (2007). Violência: a compreensão do conceito por jovens submetidos a medidas socioeducativas. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, 8(1), 71-76.
- Crenshaw, K. W. (2004). A interseccionalidade de raça e gênero. In VV. AA. (Ed.), *Cruzamento: Raça e gênero*. Unifem.
- Cruz, A. V. H., Minchoni, T., Matsumoto, A. E., & Andrade, S. S. (2017). A ditadura que se perpetua: Direitos humanos e a militarização da questão social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 239-252. <https://doi.org/10.1590/1982-3703180002017>
- Davis, A. (2020). *Estarão as prisões obsoletas?* (M. Vargas, Trans.; 7th ed.). Difel.
- Farr, R. M. (2009). Representações sociais: A teoria e sua história. In S. Jovchelovitch & P. A. Guareschi (Eds.), *Textos em representações sociais* (11th ed., pp. 31-59). Vozes.
- Flauzina, A. P. P. (2006). *Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Brasília.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *As câmeras corporais na polícia militar do Estado de São Paulo: Processo de implementação e impacto nas mortes de adolescentes*. https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as

- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>
- Fórum de Segurança Pública. (2019). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019* (S. Bueno & R. S. Lima, Eds.). https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf
- Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: A importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 7(1), 144-157.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância do Brasil. (2023). *As múltiplas dimensões da pobreza na infância e na adolescência no Brasil* (B. Diechtiareff, E. M. Reis, L. Chopitea, M. Klaus, S. Varella, & W. Wives, Eds.). <https://www.unicef.org/brazil/media/22676/file/multiplas-dimensoes-da-pobreza-na-infancia-e-na-adolescencia-no-brasil.pdf>
- Giacomozzi, A. I., Cardoso, J. L., Detoni, C., Meneghetti, N. C. O., Wiggers, G. A., Nunes, P. P., & Cecconi, V. P. (2020). Experiences of violence among students of public schools. *Journal of Human Growth and Development*, 30(2), 179-187.
- Giacomozzi, A. I., Castro, A., Bousfield, A. B., Nunes, P., & Xavier, M. (2021). Social representations of violence among public school students. In C. P. Souza & S. E. S. Oswald (Eds.), *Social representations for the anthropocene: Latin American perspectives* (1st ed., pp. 352-338). Springer.
- Giacomozzi, A. I., Fiorott, J., & Bertoldo, R. B. (2019). Violence as a result of political polarization: A media social study on Social Representations. In I. Bondarevskaya & A. De Carlo (Eds.), *Political and economic self-constitution: Media, citizenship activity and political polarization* (pp. 101-106). Proceedings of the VII international scientific and practical seminar.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gomes, M. A. (2021). Pandemia, direitos humanos e violência de estado: A aposta no dispositivo clínico-político como um ato de resistência e de afirmação da vida. In M. Souza (Ed.), *Desigualdade, diferença, política: Análises interdisciplinares em tempos de pandemias* (pp. 41-60). Editora Appris.

- Gonzales, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223-244.
- Heider, F. (1958). *The Psychology of Interpersonal Relations*. John Wiley & Sons.
- Holsti, O. R. (1969). *Content analysis for the social sciences and humanities*. Addison-Wesley Publishing Company.
- Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45, 65-86. DOI:10.1348/014466605X43777
- Jimenez, L., & Frasseto, F. A. (2015). Face da morte: A lei em conflito com o adolescente. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 404-414. doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p404
- Jodelet, D. (2001). *As representações sociais*. EdUERJ.
- Jodelet, D. (2017). Lugar da experiência vivida nos processos de formação das representações sociais. In *Representações sociais e mundos de vida* (pp. 473-487). PUCPress - Editora Universitária Champagnat.
- Krüger, H. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Eds.), *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 23-40). EDUFBA.
- Lima, F. (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(nspe.), 20-33.
- Maesima, G. M., & Gomes, M. A. (2022). Medidas socioeducativas em meio aberto: Apontamentos oriundos de uma revisão narrativa. *Psicologia Política*, 22(55), 637-653.
- Marková, I. (2000). Amédée or how to get rid of it: Social representations from a dialogical perspective. *Culture and Psychology*, 6, 419-460. <https://doi.org/10.1177/1354067X0064002>
- Marková, I. (2017). A fabricação da Teoria de Representações Sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 358-375. <https://doi.org/10.1590/198053143760>
- Martikainen, J., & Sakki, I. (2023). Sensory experiences and social representation – Embodied multimodality of common-sense thinking. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 1–18. <https://doi.org/10.1111/jtsb.12380>
- Martín-Baró, I. (1983). *Acción e ideología: Psicología social desde Centroamérica*. UCA Editores.

- Martín-Baró, I. (1988). La violencia en Centroamérica: Una visión psicosocial. *Revista Costarricense de Psicología*, 12(13), 21-34.
- Martín-Baró, I. (2003). *Poder, ideología y violencia* (L. d. I. Corte & A. Blanco Abarca, Eds.; L. d. I. Corte, Trans.). Editorial Trotta.
- Martins, K. O., & Lacerda, F. (2014). A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: Uma apresentação. *Psicologia Política*, 14(31), 569-589.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 Edições.
- Medeiros, A. X., & Paiva, F. S. D. (2021). A contradição entre proteção e violência na trajetória de adolescentes em medida socioeducativa. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 12(1 supl), 18-39. DOI: 10.5433/2236-6407.2021v12n1suplp18
- Mello, T. R. C., Silva, R. A., & Costa, L. A. P. (2019). Políticas públicas e suas implementações sob a perspectiva de Morin e Moscovici. *Revista Humanidades e Inovação*, 6(9 vol 2), 200-224.
- Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: Questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil*, 1(2), 91-102.
<https://doi.org/10.1590/S1519-38292001000200002>
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2018). *Base de dados em Excel*. Retrieved junho 09, 2023, from http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Pesquisa-MSE_FINAL_DIVULGA%C3%87%C3%83O.xlsx
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2018). *Pesquisa de medida socioeducativa em meio aberto 2018*. Blog da Rede SUAS. http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Pesquisa_de_Medidas-Divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2016). *Caderno de orientações técnicas: Serviço de medidas socioeducativas em meio aberto*.
https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf
- Ministério do Desenvolvimento Social & Secretaria Nacional de Assistência Social. (2018). *Relatório da pesquisa nacional das medidas socioeducativas em meio aberto no sistema único de assistência social*. Brasília, Distrito Federal.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2013). *Tipificação nacional de serviços socioassistenciais*.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome & Conselho Nacional de Assistência Social. (2004). *Resolução nº 145, 15 de outubro de 2004*.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf

Moscovici, S. (1981). On social representations. In J. P. Forgas (Ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*. Academic Press.

Moscovici, S. (2001). Das representações coletivas às representações sociais: Elementos para uma história. In D. Jodelet (Ed.), *As representações sociais* (pp. 45-66). Eduerj.

Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Vozes.

Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (11th ed.). Editora Vozes.

Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva S.A.

Negura, L., Plante, N., & Lévesque, M. (2020). The role of social representations in the construction of power relations. *Journal for the theory of social behaviour*, 50(1), 25-41.

Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Editora Devires.

Oliveira, T. F. K., & Miranda, L. (2019). Um estudo sobre sentidos da medida socioeducativa de internação na vida de adolescentes institucionalizados. *Psicologia & Sociedade*, 31(e188517), 1-18. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31188517>

Passetti, E. (2010). Crianças carentes e políticas públicas. In M. Del Priore (Ed.), *História das crianças no Brasil* (7th ed., pp. 420 - 453). Contexto.

Paulino, S. C., & Oliveira, R. (2020). Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. *Direito em Movimento*, 8(1), 94-110.

- Porto, M. S. G. (2015). A violência, entre práticas e representações sociais: Uma trajetória de pesquisa. *Sociedade e Estado*, 30, 19-37. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922015000100003>
- Presotto, G. C., Foresti, T., Vitali, M. M., & Giacomozzi, A. I. (2022). Entre práticas educativas, punitivas e afetivas: Compreensões sobre medidas socioeducativas a partir de uma revisão integrativa nacional. *Cadernos de Psicologia*, 2(2), 1-19. 10.9788/CP2022.2-02
- Presotto, G. C., Santos, T. R., & Giacomozzi, A. I. (2022). Psicologia social jurídica e a (des)criminalização de existências da juventude negra. In L. C. E. C. Soares, L. E. Moreira, A. L. M. Neves, & J. P. P. Barros (Eds.), *Psicologia social jurídica: Articulações de práticas de ensino, pesquisa e extensão no Brasil* (pp. 220-238). ABRAPSO Editora.
- Ribeiro, I. G. S. (2018). Jovens negros: Entre a regulação biopolítica e a economia da morte. In M. L. Silva, M. Farias, M. C. Ocariz, & A. Stiel (Eds.), *Violência e sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (pp. 249-264). Escuta.
- Safatle, V. (2010). Do uso da violência contra o Estado ilegal. In E. Telles & V. Safatle (Eds.), *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (pp. 237-252). Boitempo.
- Saffioti, H. I. B. (1992). *O poder do macho*. Editora Moderna.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. (2013). *Metodologia de pesquisa* (D. V. d. Moraes, Trans.). Penso.
- Santana, C. S. S. (2019). *O cuidado em saúde para adolescentes privados de liberdade: Representações sociais de profissionais de saúde* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Santos, L. S., Beiras, A., & Enderle, C. M. (2018). Violência de Estado, juventudes e subjetividades: Experiências em uma delegacia especializada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(n. esp. 2), 265-276. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212241>
- Santos, M. F. S., & Almeida, L. M. (Eds.). (2005). *Diálogos com a teoria da representação social*. Editora Universitária UFPE, Universidade Federal de Pernambuco.
- Santos, T. M., & Rosenburg, E. G. (2014). Representações sociais sobre a violência em egressos do sistema prisional. *Revista Brasileira Segurança Pública*, 8(1), 94-110.

- Schuch, P. (2013). O estatuto da criança e do adolescente e os desafios da universalização da infância. In M. Meirelles (Ed.), *Ensino de sociologia: Direitos humanos, sociais, educação e saúde* (pp. 151-170). Evangraf.
- Scisleski, A. C. C., Reis, C., Halder, O., Weigert, M. A. B., & Guareschi, N. M. F. (2012). Juventude e pobreza: A construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 64(3), 19-34. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p505>
- Segato, R. L. (2014). Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade e Estado*, 29(2), 341-371. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200003>
- Silva, E. R., & Guerresi, S. (2003). *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Instituto de Pesquisa Aplicada e Econômica, IPEA/Ministério da Justiça.
- Silva, M. L. B., Bousfield, A. B. S., Giacomozzi, A. I., & Leandro, M. (2020). Atribuições de causalidade à violência para pessoas em situação de rua. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 11(2), 17-39. [10.5433/2236-6407.2020v11n2p17](https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p17)
- Silva, M. L. B., Bousfield, A. B. S., Giacomozzi, A. I., Leandro, M., & Cavaler, C. M. (2022). Violence for women experiencing homelessness. *Psico*, 53(1), 1-14. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2022.1.37621>
- Soares, G. N., Fernandes, M. M., Cunha, A. M. F. K., & Souza, L. P. S. (2021). Ocorrência de violência intrafamiliar relacionada ao consumo de álcool e outras drogas no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 15(2), 44-73.
- Sodré, M. (2023). *O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional*. Editora Vozes.
- Tróccoli, B. T. (2011). Cognição social. In C. V. Torres & E. R. Neiva (Eds.), *Psicologia social: Principais temas e vertentes* (pp. 80-99). Artmed.
- Vitali, M. M., Giacomozzi, A. I., Bousfield, A. B. S., & Vidal, G. P. (2022). "Attacked me in several ways, just didn't hit me": Social representations of violence among people in psychological distress. *Community Psychology in Global Perspective*, 8(2), 37-58. [10.1285/i24212113v8i2p37](https://doi.org/10.1285/i24212113v8i2p37)
- Vitali, M. M., Presotto, G. C., Gizzi, F., Gomes, M. A., & Giacomozzi, A. I. (2021). #BlackLivesMatter: A study of social representations from Twitter. *Community Psychology in Global Perspective*, 8(1), 1-19. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922021000100001>
- Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria*. Jorge Zahar.

- Weiner, B. (2005). Motivation from an attributional perspective and the social psychology of perceived competence. In A. J. Elliot & C. S. Dweck (Eds.), *Handbook of competence and Motivation* (pp. 156-172). Guilford Press.
- Zappe, J. G., da Silva Ferrão, I., dos Santos, C. R., da Silva Silveira, K. S., da Costa, L. P., & Siqueira, T. V. (2011). A internação de adolescentes em conflito com a lei: Uma reflexão teórica sobre o sistema socioeducativo brasileiro. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, (5), 112-133.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Você foi convidado a participar de uma pesquisa, que tem como objetivo compreender o que os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas pensam sobre a violência. A sua participação vai acontecer através de uma entrevista que iremos fazer agora, ou seja, eu irei fazer algumas perguntas relacionadas à violência e deixarei você falar livremente sobre elas, então você pode ficar à vontade para falar tudo o que você pensa sobre violência. Eu também vou pedir em alguns momentos que você relate algumas situações de experiências ou contato que você teve relacionados a violência.

Em qualquer momento durante a entrevista, se você sentir algum desconforto e quiser interromper, é só me sinalizar que a gente interrompe sem problema algum. Além disso, é importante lembrar que a entrevista será gravada e será utilizada somente para os fins da pesquisa, mas tudo o que você falar vai ser guardado em sigilo, apenas eu e você saberemos, o seu anonimato será garantido.

1. Então eu gostaria de pedir se você pode contar para mim, quem é você e como você veio parar aqui?
2. O que é violência para você? Como a violência aparece no seu cotidiano?
3. Você tem alguma experiência relacionada à violência? Você poderia me contar a situação mais marcante que vivenciou?
4. Quanto ao contexto das medidas socioeducativas, você percebe alguma violência? Ao longo do cumprimento da medida socioeducativa, você já passou por algum tipo de violência?
5. Considerando isso que você me contou, tem alguma imagem que lhe vem à cabeça quando você pensa sobre a violência sofrida por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa?
6. Você tem alguma sugestão para melhorar essa questão da violência no futuro?
7. Tem mais alguma coisa que você considera importante acrescentar sobre tudo isso que conversamos?

Apêndice 2 - Questionário Sociodemográfico

Agora eu vou fazer algumas perguntas mais específicas sobre você.

Qual a sua idade?

Como você define seu sexo / gênero?

Como você define sua raça?

Onde você nasceu?

Você acredita em alguma religião? Você é praticante da mesma?

Qual seu estado civil?

Possui filhos?

Com quem reside?

Está estudando?

Caso não, em que ano parou de estudar? Quanto tempo faz?

Caso sim, qual ano está cursando?

Está trabalhando?

Caso sim, qual o formato de trabalho?

() Carteira Assinada () Autônomo () Jovem Aprendiz () outro

Qual medida socioeducativa cumpre: () PSC () LA

Quantas medidas socioeducativas já recebeu:

Qual a renda mensal da sua família?

Vocês recebem algum benefício socioassistencial? Se sim, qual?

Apêndice 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA SOCIAL DA COMUNICAÇÃO E COGNIÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa chamada “**Representações Sociais da violência para adolescentes em conflito com a lei**”, que tem como objetivo compreender as representações sociais da violência para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, identificar possíveis situações de violência vivenciadas por estes adolescentes e analisar a relação entre elas. Essa participação faz parte de um projeto de pesquisa para dissertação de mestrado da aluna Gabrielle Cristine Presotto sob orientação da professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, vinculadas ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O desenvolvimento do conhecimento produzido durante a pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento científico e para a elaboração de ações voltadas às políticas públicas, buscando colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população.

Com o seu consentimento, a sua participação ocorrerá por meio de uma entrevista com a pesquisadora, que irá fazer perguntas abertas seguindo um roteiro pré-estabelecido a partir do tema de pesquisa, além de um questionário em que a pesquisadora irá fazer perguntas mais direcionadas sobre algumas características suas. O tempo estimado de duração da entrevista é de aproximadamente 60 minutos e ela será gravada e anotada, mas toda e qualquer informação que possa o(a) identificar serão mantidos em absoluto **sigilo**. No entanto, diante do risco de ocorrer a quebra do sigilo **involuntário**, que pode ocorrer somente por pedido de ordem judicial ou legislativa ou devido ao risco de furto ou invasão dos materiais guardados pela pesquisadora, os casos serão tratados conforme legislação legal vigente.

Devido ao tema da pesquisa ser de caráter subjetivo e pessoal, é possível que ao longo da entrevista você possa sentir-se mobilizado emocionalmente, sob situação de desconforto ao seu bem estar, sentir cansaço ou aborrecimento por responder a entrevista e questionário, desconforto ou constrangimento devido a gravação de áudio durante a entrevista, bem como

perceber alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante ou identificar alterações de visão de mundo. Portanto, a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, a pedido do participante, visando o seu conforto e bem-estar, e não há a necessidade de apresentar quaisquer justificativas ao pesquisador. A pesquisadora é psicóloga, treinada para aplicar a entrevista, e tem experiência em atendimentos psicológicos. Após ou durante a entrevista, se você perceber a mobilização de emoções, a pesquisadora irá acolher e manejar as emoções, e caso seja necessário, será encerrada a entrevista, e a própria pesquisadora proverá ao participante o apoio psicológico adequado ao momento pelo tempo que for necessário. Se for necessário, o participante será encaminhado ao seu profissional de referência no Centro de Referência Especializado em Assistência Social para continuidade do acompanhamento psicológico já recebido no serviço decorrente da mobilização, sem custo algum por se tratar de um serviço de saúde pública que já presta atendimentos aos participantes.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas as pesquisadoras responsáveis e sua orientanda. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/16 e com o fim deste prazo, será descartado. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da dissertação, em data a ser agendada. Além disso, os resultados poderão ser usados em publicações que divulgarão apenas os dados obtidos como um todo, mantendo o sigilo das especificidades de cada participante, os dados serão, portanto, divulgados de forma a preservar sua identificação, obedecendo ao disposto preconizado na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde acerca de pesquisas com seres humanos.

A sua participação é **absolutamente voluntária** e não remunerada - *a legislação brasileira não possibilita quaisquer pagamentos referentes à participação em pesquisas* - contudo todo e qualquer custo decorrente da participação na entrevista (*deslocamento, alimentação, etc*) serão ressarcidos em espécie pela pesquisadora com verba de recurso próprio, conforme item 2º.XXIV da resolução 510/16, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo material causado pela pesquisa ao participante, respeitando assim o item 9º.VI da resolução 510/16. A sua recusa em participar da pesquisa ou cancelar o consentimento não implicarão em qualquer penalidade ou prejuízo, nem mesmo nos seus atendimentos no CREAS.

Caso você aceite a participação solicitamos a permissão para que possamos utilizar a

entrevista e o questionário respondido por você, do quais apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neste relatadas. Este documento possui valor legal e deverá ser assinado em duas vias de igual valor pelo participante e pelo pesquisador, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, uma delas ficando em posse do participante. Orientamos que guarde a sua via, pois através dela você terá acesso à garantia de seus direitos como participante, esclarecendo que você poderá ter acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado. Caso haja impossibilidade de assinar, a autorização deve ser dada verbalmente através de uma gravação em áudio, mas igualmente o documento será entregue em duas vias e respeitará as normas da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o LACCOS, laboratório ao qual as pesquisadoras estão vinculadas, no endereço profissional Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco F, UFSC - R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900, ou no telefone (48) 3721-9067, ou ainda com a pesquisadora via e-mail gabriellepresotto@gmail.com ou com a orientadora via e-mail andrea.giacomozzi@ufsc.br. Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto possui aprovação do CEPESH/UFSC e atende à resolução 510/2016 e suas complementares.

Pesquisadoras responsáveis: Prof. Dra. Andréia Isabel Giacomozzi.

Pesquisador principal: Gabrielle Cristine Presotto (Mestranda/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH: Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401, Trindade – Florianópolis. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: 3721- 6094

Eu,....., considero-

me informado(a) sobre a pesquisa “**Representações Sociais da Violência para Adolescentes em Conflito com a Lei**”, realizada pelo grupo de pesquisadores da UFSC e autorizo o registro das informações fornecidas por mim, em forma oral, registrada em gravações e anotações, para utilização integral ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Bem como, que li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais informações pelas pesquisadoras, ficando vinculado o controle e guarda das mesmas a *Gabrielle Cristine Presotto*, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, pesquisadora responsável da pesquisa.

Balneário Camboriú, _____ / _____ / _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe seu contato. _____.

Apêndice 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA SOCIAL DA COMUNICAÇÃO E
COGNIÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a):

O(a) adolescente pelo qual o(a) senhor(a) é responsável está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**Representações Sociais da violência para adolescentes em conflito com a lei**”, que tem como objetivo compreender as representações sociais da violência para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, identificar possíveis situações de violência vivenciadas por estes adolescentes e analisar a relação entre elas. Essa participação faz parte de um projeto de pesquisa para dissertação de mestrado da aluna Gabrielle Cristine Presotto sob orientação da professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, vinculadas ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O desenvolvimento do conhecimento produzido durante a pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento científico e para a elaboração de ações voltadas às políticas públicas, buscando colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população.

Com o seu consentimento, a participação do(a) adolescente ocorrerá por meio de uma entrevista com a pesquisadora, que irá fazer perguntas abertas seguindo um roteiro pré-estabelecido a partir do tema de pesquisa, além de um questionário sociodemográfico. O tempo estimado de duração da entrevista é de aproximadamente 60 minutos e ela será gravada e anotada, mas toda e qualquer informação que possa identificar o(a) adolescente serão mantidos em absoluto **sigilo**. No entanto, diante do risco de ocorrer a quebra do sigilo **involuntário**, que pode ocorrer somente por pedido de ordem judicial ou legislativa ou devido ao risco de furto ou invasão dos materiais guardados pela pesquisadora, os casos serão tratados conforme legislação legal vigente.

Devido ao tema da pesquisa ser de caráter subjetivo e pessoal é possível que ao longo da entrevista o(a) adolescente possa sentir-se mobilizado emocionalmente, sob situação de desconforto ao seu bem estar, sentir cansaço ou aborrecimento por responder a entrevista e questionário, desconforto ou constrangimento devido a gravação de áudio durante a entrevista, bem como perceber alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante ou identificar alterações de visão de mundo. Portanto, a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, a pedido do participante, visando o seu conforto e bem-estar, e não há a necessidade de apresentar quaisquer justificativas ao pesquisador. A pesquisadora é psicóloga, treinada para aplicar a entrevista, e tem experiência em atendimentos psicológicos. Após ou durante a entrevista, se o(a) adolescente perceber a mobilização de emoções, a pesquisadora irá acolher e manejar as emoções, e caso seja necessário, será encerrada a entrevista, e a própria pesquisadora proverá ao participante o apoio psicológico adequado ao momento pelo tempo que for necessário. Se for necessário, o participante será encaminhado ao seu profissional de referência no Centro de Referência Especializado em Assistência Social para continuidade do acompanhamento psicológico já recebido no serviço decorrente da mobilização, sem custo algum por se tratar de um serviço de saúde público que já presta atendimentos aos participantes.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas as pesquisadoras responsáveis e sua orientanda. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/16 e com o fim deste prazo, será descartado. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da dissertação, em data a ser agendada. Além disso, os resultados poderão ser usados em publicações que divulgarão apenas os dados obtidos como um todo, mantendo o sigilo das especificidades de cada participante, os dados serão, portanto, divulgados de forma a preservar sua identificação, obedecendo ao disposto preconizado na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde acerca de pesquisas com seres humanos.

A participação é **absolutamente voluntária** e não remunerada - *a legislação brasileira não possibilita quaisquer pagamentos referentes à participação em pesquisas* - contudo todo e qualquer custo decorrente da participação na entrevista (*deslocamento, alimentação, etc*) serão ressarcidos em espécie pela pesquisadora com verba de recurso próprio, conforme item 2º.XXIV da resolução 510/16, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo material causado pela pesquisa ao participante, respeitando assim o item 9º.VI da resolução 510/16. A

recusa em participar da pesquisa ou cancelar o consentimento não implicarão em qualquer penalidade ou prejuízo, nem mesmo nos seus atendimentos no CREAS.

Caso você autorize a participação do(a) adolescente na pesquisa, solicitamos a permissão para que possamos utilizar a entrevista e o questionário respondido por você, do quais apenas os pesquisadores terão acesso direto às informações neste relatadas. Este documento possui valor legal e deverá ser assinado em duas vias de igual valor pelo participante e pelo pesquisador, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, uma delas ficando em posse do participante. Orientamos que guarde a sua via, pois através dela você terá acesso à garantia de seus direitos como participante, esclarecendo que você poderá ter acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado. Caso haja impossibilidade de assinar, a autorização deve ser dada verbalmente através de uma gravação em áudio, mas igualmente o documento será entregue em duas vias e respeitará as normas da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o LACCOS, laboratório ao qual as pesquisadoras estão vinculadas, no endereço profissional Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco F, UFSC - R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900, ou no telefone (48) 3721-9067, ou ainda com a pesquisadora via e-mail gabriellepresotto@gmail.com ou com a orientadora via e-mail andrea.giacomozzi@ufsc.br. Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto possui aprovação do CEPESH/UFSC e atende à resolução 510/2016 e suas complementares.

Pesquisadoras responsáveis: Prof. Dra. Andréia Isabel Giacomozzi.

Pesquisador principal: Gabrielle Cristine Presotto (Mestranda/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH: Universidade Federal

de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, n° 222, 4° andar, sala 401, Trindade – Florianópolis. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: 3721- 6094

Eu,, considero-me informado(a) sobre a pesquisa **“Representações Sociais da Violência para Adolescentes em Conflito com a Lei”**, realizada pelo grupo de pesquisadores da UFSC e autorizo o registro das informações fornecidas por, em forma oral, registrada em gravações e anotações, para utilização integral ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Bem como, que li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade autorizar a participação do(a) adolescente na pesquisa. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais pelas pesquisadoras, ficando vinculado o controle e guarda das mesmas a *Gabrielle Cristine Presotto*, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, pesquisadora responsável da pesquisa.

Balneário Camboriú, ____/____/____

Assinatura do Responsável

Assinatura do Pesquisador

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe seu contato.



Apêndice 5 - Termo de Assentimento
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
LABORATÓRIO DE PSICOLOGIA SOCIAL DA COMUNICAÇÃO E
COGNIÇÃO

Termo de Assentimento

Prezado(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) a participar da pesquisa chamada “**Representações Sociais da violência para adolescentes em conflito com a lei**”, que tem como objetivo compreender as representações sociais da violência para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, identificar possíveis situações de violência vivenciadas por estes adolescentes e analisar a relação entre elas. Essa participação faz parte de um projeto de pesquisa para dissertação de mestrado da aluna Gabrielle Cristine Presotto sob orientação da professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, vinculadas ao Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS) do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O desenvolvimento do conhecimento produzido durante a pesquisa visa contribuir para o desenvolvimento científico e para a elaboração de ações voltadas às políticas públicas, buscando colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população.

Com o seu consentimento, a sua participação ocorrerá por meio de uma entrevista com a pesquisadora, que irá fazer perguntas abertas seguindo um roteiro pré-estabelecido a partir do tema de pesquisa, além de um questionário em que a pesquisadora irá fazer perguntas mais direcionadas sobre algumas características suas. O tempo estimado de duração da entrevista é de aproximadamente 60 minutos e ela será gravada e anotada, mas toda e qualquer informação que possa o(a) identificar serão mantidos em absoluto **sigilo**. No entanto, diante do risco de ocorrer a quebra do sigilo **involuntário**, que pode ocorrer somente por pedido de ordem judicial ou legislativa ou devido ao risco de furto ou invasão dos materiais guardados pela pesquisadora, os casos serão tratados conforme legislação legal vigente.

Devido ao tema da pesquisa ser de caráter subjetivo e pessoal, é possível que ao longo da entrevista você possa sentir-se mobilizado emocionalmente, sob situação de desconforto ao seu bem estar, sentir cansaço ou aborrecimento por responder a entrevista e questionário, desconforto ou constrangimento devido a gravação de áudio durante a entrevista, bem como

perceber alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante ou identificar alterações de visão de mundo. Portanto, a pesquisa poderá ser interrompida a qualquer momento, a pedido do participante, visando o seu conforto e bem-estar, e não há a necessidade de apresentar quaisquer justificativas ao pesquisador. A pesquisadora é psicóloga, treinada para aplicar a entrevista, e tem experiência em atendimentos psicológicos. Após ou durante a entrevista, se você perceber a mobilização de emoções, a pesquisadora irá acolher e manejar as emoções, e caso seja necessário, será encerrada a entrevista, e a própria pesquisadora proverá ao participante o apoio psicológico adequado ao momento pelo tempo que for necessário. Se for necessário, o participante será encaminhado ao seu profissional de referência no Centro de Referência Especializado em Assistência Social para continuidade do acompanhamento psicológico já recebido no serviço decorrente da mobilização, sem custo algum por se tratar de um serviço de saúde público que já presta atendimentos aos participantes.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas as pesquisadoras responsáveis e sua orientanda. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 510/16 e com o fim deste prazo, será descartado. Os resultados da presente pesquisa serão divulgados à instituição concedente e aos participantes que tiverem interesse, após a defesa da dissertação, em data a ser agendada. Além disso, os resultados poderão ser usados em publicações que divulgarão apenas os dados obtidos como um todo, mantendo o sigilo das especificidades de cada participante, os dados serão, portanto, divulgados de forma a preservar sua identificação, obedecendo ao disposto preconizado na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde acerca de pesquisas com seres humanos.

A sua participação é **absolutamente voluntária** e não remunerada - *a legislação brasileira não possibilita quaisquer pagamentos referentes à participação em pesquisas* - contudo todo e qualquer custo decorrente da participação na entrevista (*deslocamento, alimentação, etc*) serão ressarcidos em espécie pela pesquisadora com verba de recurso próprio, conforme item 2º.XXIV da resolução 510/16, bem como indenização em caso de qualquer prejuízo material causado pela pesquisa ao participante, respeitando assim o item 9º.VI da resolução 510/16. A sua recusa em participar da pesquisa ou cancelar o consentimento não implicarão em qualquer penalidade ou prejuízo, nem mesmo nos seus atendimentos no CREAS.

Caso você aceite a participação solicitamos a permissão para que possamos utilizar a entrevista e o questionário respondido por você, do quais apenas os pesquisadores terão acesso

direto às informações neste relatadas. Este documento possui valor legal e deverá ser assinado em duas vias de igual valor pelo participante e pelo pesquisador, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, uma delas ficando em posse do participante. Orientamos que guarde a sua via, pois através dela você terá acesso à garantia de seus direitos como participante, esclarecendo que você poderá ter acesso ao registro de consentimento sempre que solicitado. Caso haja impossibilidade de assinar, a autorização deve ser dada verbalmente através de uma gravação em áudio, mas igualmente o documento será entregue em duas vias e respeitará as normas da Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Se você tiver alguma dúvida ou necessidade de algum esclarecimento sobre o trabalho que será realizado, entre em contato com o LACCOS, laboratório ao qual as pesquisadoras estão vinculadas, no endereço profissional Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Bloco F, UFSC - R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-900, ou no telefone (48) 3721-9067, ou ainda com a pesquisadora via e-mail gabriellepresotto@gmail.com ou com a orientadora via e-mail andrea.giacomozzi@ufsc.br. Você poderá entrar em contato também com o Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos da UFSC pelo telefone (48) 3721-6094 ou ainda diretamente no prédio da Reitoria II, 4º andar, sala 401 na rua Desembargador Vitor Lima nº 222, bairro Trindade, Florianópolis. O projeto possui aprovação do CEPESH/UFSC e atende à resolução 510/2016 e suas complementares.

Pesquisadoras responsáveis: Prof. Dra. Andréia Isabel Giacomozzi.

Pesquisador principal: Gabrielle Cristine Presotto (Mestranda/UFSC)

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH: Universidade Federal de Santa Catarina, Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 401, Trindade – Florianópolis. E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br. Telefone: 3721- 6094

Eu,,
 considero-me informado(a) sobre a pesquisa **“Representações Sociais da Violência para Adolescentes em Conflito com a Lei”**, realizada pelo grupo de pesquisadores da UFSC e

autorizo o registro das informações fornecidas por mim, em forma oral, registrada em gravações e anotações, para utilização integral ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, desde a presente data. Bem como, que li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de confiança) e obtive dos pesquisadores todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa. Da mesma forma, autorizo a leitura de tais informações pelas pesquisadoras, ficando vinculado o controle e guarda das mesmas a *Gabrielle Cristine Presotto*, mestrande do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e professora Dra. Andréia I. Giacomozzi, pesquisadora responsável da pesquisa.

Balneário Camboriú, _____ / _____ / _____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Caso você tenha interesse em receber os resultados da pesquisa, por favor, informe seu contato.
